



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08211.000990/2020-64

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145, para a prestação de serviços de manutenção aeronáutica com fornecimento de materiais aeronáuticos, tendo por objetivo manter a Aeronave KING AIR B300 (350i), prefixo PR-BSI, S/N FL-796, com sistema de imageamento ótico e infravermelho, com informações de mapeamento e sistema de comunicação de imagens, dados de voz embarcados, pertencente a frota do Comando de Aviação Operacional da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/DIREX/PF), em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio da realização de atividades divididas em itens e seus respectivos subitens, quando houver : Tabela 01 – Especificação do objeto:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	1	MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	870	252,33	219.527,10
	2	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL	MÊS	12	40.386,70	484.640,40
	3	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	MÊS	12	2.880,00	34.560,00
	4	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	200	252,33	50.466,00
	5	SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	EA	615.150	1,00	615.150,00 ***
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 5)	POR EVENTO	90.000	1,00	90.000,00 **
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES ESTRANGEIROS (REFERENTE AO ITEM 5)	POR EVENTO	165.150	1,00	165.150,00 **
	8	FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS	EA	666.650	1,00	666.650,00 ***
	9	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 8)	POR EVENTO	116.500	1,00	116.500,00 **
	10	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS (REFERENTE AO ITEM 8)	POR EVENTO	166.650	1,00	166.650,00 **
	11	RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM	POR VIAGEM	55080	1,00	55.080,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>2.664.373,50</b>

\*EA – abreviação de “each” (cada).

\*\* VALORES UTILIZADOS PARA EFEITO DE CADASTRO, LANCE E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA NO SITE DE COMPRAS. NÃO SOMAR ESSES VALORES AO TOTAL NO MOMENTO DO EMPENHO.

\*\*\* SÃO ADICIONADOS A ESSES ITENS AS TAXAS ADMINISTRATIVAS DE MAIOR VALOR.

1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum de manutenção aeronáutica com fornecimento de materiais aeronáuticos.

1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, formado por 11 itens, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. Informações relevantes da tabela 01 - Especificações do objeto:

1.6.1. Os itens 6 e 7; 9 e 10 serão usados apenas para efeito de cadastro, lance e classificação da proposta no site de compras, não havendo necessidade de somar ao valor total a ser empenhado, por estarem inclusos nos itens 5 e 8 respectivamente;

1.6.2. Item 5 - não será objeto de lance direto, devendo permanecer o mesmo valor nas propostas ofertadas pela empresa, contudo, após o lance nos itens 6 e 7 será adequado pelo pregoeiro como valor negociado, obedecendo A TAXA ADMINISTRATIVA de maior valor,

a título de reserva orçamentária;

1.6.3. Item 8 é o valor reservado pela Administração para gastos com o fornecimento de materiais aeronáuticos, caso a licitante ofereça valor menor que R\$ 500.000,00 (valor reservado para a despesa de Fornecimento de Materiais Aeronáuticos), subentende-se que a licitante está abrindo mão de quaisquer TAXAS ADMINISTRATIVAS (itens 9 e 10 serão 0%) para a plenitude do fornecimento dos materiais aeronáuticos e ofertando desconto no valor do preço (*price list*), proporcional à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. Por exemplo: caso a licitante ofereça o lance de R\$ 450.000,00 para o subitem 8, subentende-se que abriu mão da TAXA ADMINISTRATIVA e sobre o valor do *price list* será dado desconto no valor de 10% em relação ao material adquirido. Esclarece-se que aqui, também, após o lance nos itens 9 e 10 será adequado pelo pregoeiro como valor negociado, obedecendo a TAXA ADMINISTRATIVA de maior valor, a título de reserva orçamentária;

1.6.4. Na apresentação do orçamento para o pregão a licitante deverá informar o valor total anual para os itens e subitens de 1, 2, 3 e 4;

1.6.5. Para os itens 1 e 4 a empresa deverá informar ainda o valor unitário do Homem-hora. Não será admitida a alteração no quantitativo de horas a serem contratadas;

1.6.6. Nos itens de 6, 7, 9 e 10 a TAXA ADMINISTRATIVA deverá ser CONVERTIDA em percentual na formalização do contrato, conforme já exemplificado no objeto;

1.6.7. Para o item 11 não será admitida proposta com valor diferente de R\$ 55.080,00.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2. Necessidade do Objeto:

2.2.1. O dever de prover a manutenção da aeronave decorre de exigência legal. Nesse sentido, os §§ 2º e 3º do art. 70 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86) dispõem:

“§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.

§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção”

2.2.2. Nos termos do art. 1º do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, que “dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.

2.2.3. O Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica que trata das “Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis” (RBHA 91) estabelece no item 91.7(a) que “nenhuma pessoa pode operar uma aeronave civil, a menos que ela esteja em condições aeronavegáveis”. E a Subparte “E” do RBHA 91 que trata da manutenção, manutenção preventiva, modificações e reparos, estabelece no item 91.403(a) que “o proprietário ou o operador de uma aeronave é primariamente o responsável pela conservação dessa aeronave em condições aeronavegáveis”.

2.2.4. Para cumprir a legislação aeronáutica e garantir uma operação segura a fim de que a aeronave KING AIR, matrícula PR-BSI, fique disponível para voo o máximo de tempo possível e assim alcançar o sucesso das missões policiais que demandem o seu emprego, será necessário licitar a contratação de empresa homologada pela ANAC para executar os serviços descritos neste Termo de Referência, haja vista que a CAOP não dispõe de servidores habilitados nem das ferramentas indispensáveis para manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das suas Aeronaves.

2.3. Dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação

2.3.1. Com a contratação de organização de manutenção de materiais aeronáuticos certificada pela ANAC, que cumpra com os requisitos estabelecidos nos RBAC e RBHA aplicáveis, pretende-se manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE DA AERONAVE para possibilitar seu emprego em diversas ações policiais, tais como:

- I - Transporte de efetivos e equipamento para ações de patrulhamento preventivo, dissuasório e repressivo;
- II - Resgates e transporte de feridos em casos de acidentes ou desastres;
- III - Apoio na realização de perícias ambientais e outras;
- IV - Transporte e segurança de dignitários; e
- V - Transporte de presos e escoltas.

2.3.2. Além do mencionado benefício sob o aspecto utilitário, a contratação também visa a benefícios de cunho patrimonial para a Administração Pública Federal, pois possibilitará a conservação da aeronave contra eventual deterioração prematura por falta de manutenção e cuidados técnicos, buscando-se assim evitar o desperdício de recursos públicos investidos na aquisição deste bem de considerável valor econômico.

2.4. Alinhamento com o Plano Estratégico e políticas públicas

2.4.1. Alinhamento das ações constantes no **Plano Estratégico da Polícia Federal** aprovado pela Portaria nº 4453/2014- DG/DPF de 16 de maio de 2014:

**“ 9.4. Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade: Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.**

**9.4.1. Ação Estratégica: Prevenção à Criminalidade: Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas a ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.**

**9.4.2. Ação Estratégica: Repressão a Organizações Criminosas: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”**

2.4.2. Alinhamento com diretrizes e objetivos da **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)** instituída pela Lei 13.675/2018:

**5ª São diretrizes da PNSPDS:**

*I - atendimento imediato ao cidadão;*

*IV - atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana;*

*VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;*

*XII - ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas;*

*XX - distribuição do efetivo de acordo com critérios técnicos;*

**Art. 6º São objetivos da PNSPDS:**

*I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes;*

*II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;*

*III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;*

*VII - promover a interoperabilidade dos sistemas de segurança pública;*

*VIII - incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços;*

*XVII - fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção;*

2.4.3. O Plano Estratégico da Polícia Federal visa disponibilizar os meios necessários à redução da criminalidade através do apoio aéreo às unidades centrais e descentralizadas, considerando as características das missões, o volume de demandas, a evolução da doutrina de emprego dos meios aéreos e o desenvolvimento de novas tecnologias. Com a finalidade de manter o nível de disponibilidade dos meios aéreos elevado e aumentar a eficiência do emprego aéreo nas atividades policiais, torna-se indispensável à contratação de serviços de manutenção interdependentes em um único contrato.

2.4.4. A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência mediante o devido processo licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes e selecione a proposta mais vantajosa para a Administração guarda estreita conexão com o planejamento estratégico da Polícia Federal, particularmente se levarmos em conta o fato de que a manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE DAS AERONAVES é um dos pressupostos para que a AERONAVE KING AIR 350i possa ser operada pela CAOP de forma segura, eficaz, eficiente e efetiva em proveito de várias atividades desenvolvidas pela PF que demandam esse meio de transporte aero-policial.

2.5. Do agrupamento dos itens licitados em um único grupo.

2.5.1. Há apenas um único grupo para atender a AERONAVE, no qual se encontram agrupados os onze (11) itens a serem licitados, que consistem em:

- a) SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - MANUTENÇÕES PROGRAMADAS;
- b) SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL;
- c) SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO;
- d) SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS;
- e) SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES;
- f) TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS;
- g) TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES ESTRANGEIROS;
- h) FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS;
- i) TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS;
- j) TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS; e
- k) RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

2.5.2. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos ou, até, em certames licitatórios autônomos, como fora realizado nos processos realizados no ano de 2012 para as aeronaves EMB-145 da frota da CAOP, verificou-se na prática que tal fracionamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração.

2.5.3. Esta forma de contratação resulta por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave que impede sua operação, no entanto, os demais contratos continuam vigentes e por sua vez sendo honrados representando gastos mensais mesmo que a aeronave permaneça em solo. Tal problema ocorre porque apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos interferem diretamente na operabilidade da aeronave, tendo único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.

2.5.4. Por outro lado, o fracionamento dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, com a realização de licitações distintas para cada especialidade, poderia acarretar na celebração de inúmeros contratos diferentes, cada um tendo por objeto um aspecto específico da manutenção de uma mesma aeronave, tornando significativamente difícil a administração da manutenção da AERONAVE como um todo.

2.5.5. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da AERONAVE.

2.5.6. Da mesma forma, com a celebração de vários contratos de manutenção distintos, aumentar-se-ia a dificuldade de fiscalização da execução contratual devido à multiplicidade de localidades de prestação dos serviços, tornando ainda mais oneroso e complicado o incremento do número de servidores para exercerem as atribuições de fiscais dos referidos contratos, particularmente porque a CAOP atualmente possui um quadro reduzido de servidores com formação em manutenção aeronáutica.

2.5.7. Além disso, deve-se considerar que os servidores lotados na CAOP acumulam atividades de pilotagem com atividades administrativas diversas, incluindo a fiscalização de contratos. Assim, o deslocamento de servidores de forma frequente, a fim de realizar a fiscalização dos serviços aqui propostos, pode prejudicar as demais funções por eles desempenhadas, principalmente as atividades-fim, ou seja, as de caráter operacional.

2.5.8. Consequentemente, para fazer face à ampliação da demanda de trabalho de fiscalização da execução de diversos instrumentos contratuais, seria necessário aumentar o efetivo de servidores e contratar um número de profissionais para prestação de serviços técnicos

especializados de assessoria aeronáutica para auxiliar os fiscais dos vários contratos de manutenção no desempenho de suas atribuições, de acordo com o previsto no art. 67, caput, in fine, da Lei n. 8.666/93.

2.5.9. Outrossim, é preciso considerar que a CAOP está sediada no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília/DF, onde estão lotados os servidores que atuarão como representantes da Administração, exercendo o múnus de fiscais dos contratos. Portanto, no caso de eventual contratação de várias empresas sediadas em outras localidades, isso fatalmente acarretaria em mais gastos com pagamento de diárias dos fiscais dos contratos que acompanharão a execução dos serviços nas diversas oficinas, sem desconsiderar as despesas de deslocamento dos fiscais, traslado da aeronave e transporte dos materiais aeronáuticos para os CENTROS DE SERVIÇOS, combustível para os voos de traslado de ida e volta, diárias das tripulações, dentre outros custos envolvidos.

2.5.10. Dessa forma, por se tratar de serviços inter-relacionados, o agrupamento dos itens é economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar a prejudicialidade comentada nos parágrafos anteriores. Como afirmado, o eventual fracasso da contratação ou da execução correta da prestação dos serviços ou do fornecimento de materiais aeronáuticos, em separado dos demais serviços, poderia comprometer toda a contratação aqui almejada, acarretando sérios prejuízos à Administração, reveses financeiros e descontinuidade dos serviços operacionais da aeronave.

2.5.11. Por essas razões, entende-se que os itens a serem licitados devem permanecer agrupados em um único grupo, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e que possibilitará condições mais vantajosas à Administração, nos termos do art.15º, da Instrução Normativa nº 005/2017-SLTI/MPOG, de 26 de maio de 2017. (IN 05/2017).

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção aeronáutica com fornecimento de componentes aeronáuticos para uma aeronave modelo KING AIR B300 (350i), matrícula PR-BSI, conforme descrito no item 1.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor valor global por grupo, formado por 11 itens, conforme tabela constante do item 1, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A CONTRATADA deverá provar cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Possuir registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;

b) Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

b.1) Engenheiro aeronáutico, ou um engenheiro mecânico, reconhecido pelo CREA para atuar na função de responsável técnico pela qualidade dos serviços de manutenção;

b.2) 02 (dois) Técnicos de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL) com curso de manutenção do motor e da célula da aeronave descrita na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, cadastrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o item 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 43.

b.3) 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) com curso de manutenção do sistema elétrico, inclusive aviônicos, da aeronave King Air 300B, objeto deste Termo de Referência.

b.4) Os requisitos acima poderão ser cumulados em dois mecânicos que possuam Certificado de Habilitação Técnica (CHT) nos três grupos: moto propulsor (GMP), célula (CEL) e aviônicos (AVI) com curso de motor, célula e manutenção do sistema elétrico, inclusive aviônicos, da aeronave King Air B300, objeto deste Termo de Referência.

5.1.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato no momento da assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

5.1.3. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.

5.2. Até a data e o horário limites para a apresentação dos documentos de habilitação, a serem definidos em Edital, as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação, por meio de inserção em sistema de arquivos digitais:

5.2.1. Documento de homologação pela ANAC para manutenção da AERONAVE, devendo informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções;

5.2.2. Apresentar certificado de organização de manutenção de produto aeronáutico contemplando as seguintes “Categorias” e “Classes”, conforme previsto na seção 145.59 do RBAC 145: Categoria Célula, Classe 4 (aviões fabricados em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado acima de 5670 kgf) e Categoria Motor, Classe 3 (motores a turbina).

5.2.3. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, para o qual tenha executado ou esteja executando serviços compatíveis com o tipo da AERONAVE, ou seja, qualquer modelo existente de AERONAVE de tipo KING AIR B300 (350i), KING AIR B200.

5.2.4. Cópia do Certificado de Organização de Manutenção emitido pela ANAC, válido para o tipo da AERONAVE, para execução das tarefas de manutenção previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO da Aeronave.

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3.1. Apresentar declaração, emitida pela CAOP, de vistoria dos locais de instalação/da aeronave e dos documentos de registro e controle ou apresentar declaração de que se responsabiliza da ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação/aeronaves.

5.4. Critérios e práticas de sustentabilidade.

5.4.1. A Empresa contratada deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

5.4.2. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo Contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria dos locais de instalação e da aeronave e dos seus respectivos documentos de registro e controle, acompanhado por funcionário para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado e confirmado previamente pelo telefone (61) 2024-9550.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. A aeronave ficará baseada no seguinte endereço:

Coordenação de A viação Operacional da Polícia Federal – CAOP/DIREX/PF  
Aeroporto Internacional de Brasília – Setor de Hangares da Aviação Geral – Lotes 13/14 – Hangar da Polícia Federal  
CEP 71.608-900 – Brasília-DF  
Fones: (61) 2024-9540

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes. No caso de futura contratação, será da responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e da aeronave.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.5. Caso o licitante não realize a vistoria, deverá emitir declaração de que se responsabiliza pelo conhecimento das condições dos locais de instalação e da aeronave independentemente de realização da vistoria.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### 7.1.1. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

7.1.1.1. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato, somente ocorrerá seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

7.1.1.2. A CONTRATANTE poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do contrato de manutenção da aeronave.

7.1.1.3. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade da aeronave durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma sofrer.

7.1.1.4. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS são os serviços relacionados no PLANO DE MANUTENÇÃO da AERONAVE. É a manutenção realizada em intervalos definidos segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de COMPONENTES, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo MANUAL DE MANUTENÇÃO, exceto a revisão geral dos motores que deverá ser objeto de orçamento específico ou contratada em processo licitatório autônomo, discriminadas a seguir:

a) **Inspecões Horárias de Célula e Motor:** São todas as inspecões calculadas com base no número de horas de voo, constantes nos Manuais de Manutenção de Célula da Aeronave e de seus motores.

b) **Inspecões Calendárias de Célula e Motor:** São todas as inspecões calculadas com base em intervalos cronológicos entre si, constantes nos manuais de manutenção de célula da aeronave e de seus motores.

c) **Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA):** É a Inspeção anual obrigatória do RBHA 91.

d) **Remoção e Instalação de Componentes de Vida Útil Controlada:** É o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes da aeronave.

e) **Atualização dos Bancos:** Atualização do banco de dados do sistema de navegação (FMS) e atualização das cartas Jeppsen.

7.1.1.5. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser realizadas em CENTRO DE SERVIÇOS da empresa, podendo, em caráter excepcional, e desde que autorizado pelas autoridades competentes, ser realizadas pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, onde a AERONAVE estiver.

7.1.1.6. As datas de paradas da AERONAVE em CENTRO DE SERVIÇOS para execução das MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser acordadas entre CONTRATADA e CONTRATANTE sempre respeitando as DATAS LIMITE estabelecidas pela CONTRATADA.

7.1.1.7. Os WORKSCOPES para tais paradas serão determinados pela CONTRATADA com base no Controle Técnico de Manutenção (CTM) da CONTRATADA, com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes contratantes.

7.1.1.8. É de responsabilidade da CONTRATADA o gerenciamento dos serviços que serão objeto das inspeções programadas com o intuito de coordenar o tempo previsto, de forma que as especialidades de cada Sistema possam encontrar as discrepâncias em tempo oportuno para que a aeronave retorne às operações dentro do tempo acordado entre as partes e previsto no Manual da Aeronave. Qualquer atraso na entrega da aeronave, durante uma inspeção programada, por culpa da CONTRATADA acarretará as sanções previstas nesse Termo de Referência.

7.1.1.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar os COMPONENTES, CONSUMÍVEIS e DESCARTÁVEIS necessários para execução dos serviços de MANUTENÇÃO PROGRAMADA, ficando por conta da CONTRATANTE disponibilizar toda a DOCUMENTAÇÃO da AERONAVE e a DOCUMENTAÇÃO relativa aos COMPONENTES das partes da AERONAVE que se pretende inspecionar.

7.1.1.10. A CONTRATANTE deverá ser responsável pela realização do traslado da AERONAVE do ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE até o CENTRO DE SERVIÇOS até a DATA LIMITE, bem como por seu retorno para o ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou para outra localidade logo após a execução dos serviços.

7.1.1.11. Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer inspeção que somente possa ser realizada num CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

7.1.1.12. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar os serviços da manutenção da aeronave previstos no Manual de Manutenção não havendo possibilidade de subcontratação, exceto revisões gerais de equipamentos, motor e hélice e outros serviços pertinentes constantes nesse Termo de referência.

7.1.1.13. Nos casos de revisões gerais de equipamentos, motor e hélice a CONTRATADA poderá subcontratá-los, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.1.1.14. A CONTRATADA será responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) e Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA)

#### 7.1.2. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

7.1.2.1. São os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que em razão de sua menor complexidade podem ser prestados pela equipe de técnicos descrita no item 5.1.1. da Cláusula Quinta do Termo de Referência e que poderão, portanto, ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS.

7.1.2.2. O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL será realizado por (01) um técnico e 01 (um) inspetor de manutenção da CONTRATADA, em regime de plantão permanente, podendo ser necessária a presença de outro técnico da CONTRATADA, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho. A CONTRATADA enviará o outro técnico na forma do SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO, sendo remunerado pelo valor de homem-hora.

7.1.2.3. A equipe ou o técnico necessário, em regime de plantão permanente, executará todas as atividades inerentes a manutenção de campo, quais sejam:

- a) inspeções de pré-voo;
- b) inspeções de inter-voo;
- c) inspeções de pós-voo;
- d) limpeza interna (inclusive do banheiro) e externa da aeronave quando necessário;
- e) assistência técnica nos acionamentos do(s) motor(es);
- f) assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos;
- g) cumprimento de todas as manutenções preventivas previstas no que lhe couber;
- h) correção das discrepâncias encontradas (manutenções corretivas);
- i) *download* e *upload* dos dados do sistema de manutenção preditiva instalado nas aeronaves após o último voo do dia;
- j) acompanhamento a bordo nos voos de traslado quando necessário; e
- k) acompanhamento do abastecimento de combustível

7.1.2.4. O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL deverá ser prestado onde a AERONAVE estiver, visando corrigir situações que a torne indisponível para o voo, dentro dos limites de segurança para SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE LINHA.

7.1.2.5. Quando por discrepância ou por motivo de regulamentação aeronáutica for necessária uma intervenção de manutenção da aeronave que não for da competência de algum integrante da equipe do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, a Contratada deverá providenciar o técnico necessário para a solução do problema e os seus serviços serão pagos no valor de homem/hora.

7.1.2.6. Quando a AERONAVE estiver na base da CAOP em Brasília, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, mediante acionamento e em regime de plantão permanente, pelo menos 01 (um) técnico e 01 (um) inspetor de manutenção para efetuar as atividades de manutenção de linha, a qualquer horário solicitado pela CAOP.

7.1.2.7. Uma vez acionada a CONTRATADA, seu pessoal técnico deverá dirigir-se imediatamente ao ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE, ficando por conta da CONTRATADA todas as despesas de deslocamento do(s) técnico(s) até o ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE e seu retorno.

7.1.2.8. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE todos os meios para acionamento do plantão, incluindo, mas não se limitando a, telefone celular, telefone fixo e endereço do plantonista responsável.

7.1.2.9. Durante sua escala de plantão, os plantonistas do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL deverão permanecer no Distrito Federal.

7.1.2.10. Exceto nos casos de atendimento para voos com hora agendada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando o REPRESENTANTE DA CONTRATADA deverá obrigatoriamente estar no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE no horário combinado, com a antecedência necessária para inspecionar a AERONAVE antes do voo, o tempo de resposta mediante acionamento deverá ser de, no máximo, 02h00min, respeitadas as limitações dos meios de transporte e locomoção.

7.1.2.11. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF, em situação de AOG ou necessidade de intervenção de manutenção corretiva necessárias para restabelecer as condições de AERONAVEGABILIDADE da AERONAVE, e

que possam ser solucionadas pelo APOIO OPERACIONAL, o valor referente à mão-de-obra estará incluso no item APOIO TÉCNICO OPERACIONAL que será pago mensalmente a CONTRATADA pela CONTRATANTE.

7.1.2.12. Quando houver necessidade, seja pela natureza do serviço ou por força de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá apresentar, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE, mediante acionamento por escrito pela CONTRATANTE, mais um Inspetor de Manutenção habilitado ou um Técnico especialista habilitado em aviónicos.

7.1.2.13. Os REPRESENTANTES DA CONTRATADA designados para o APOIO TÉCNICO OPERACIONAL deverão permanecer devidamente identificados e trajados, com uniforme fornecido pela CONTRATADA.

7.1.2.14. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade da aeronave durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma vier a sofrer.

#### 7.1.3. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

7.1.3.1. Controle Técnico de Manutenção (CTM) é o serviço de:

- a) acompanhamento dos materiais aeronáuticos controlados;
- b) do controle/atualização das publicações técnicas, do cumprimento das Diretivas Técnicas, DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE (DA);
- c) acompanhamento técnico e informações de LLPs;
- d) da atualização mensal de todas as cadernetas da AERONAVE, inclusive o diário de bordo na parte relativa às discrepâncias, horas de célula, motor (es), ciclos e inspeções;
- e) controle, atualização e revisão das publicações e biblioteca técnica da AERONAVE;
- f) do controle das atividades de MANUTENÇÃO DE LINHA, MANUTENÇÃO PROGRAMADA, SERVIÇOS EVENTUAIS e MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA referente à AERONAVE; e
- g) demais exigências pertinentes à legislação aeronáutica vigente relativas ao Controle Técnico de Manutenção.

7.1.3.2. A CONTRATADA será responsável por alimentar o SISTEMA DE GESTÃO AERONÁUTICA da CONTRATANTE com todos os dados do CTM da AERONAVE, ou aqueles que forem de maior relevância para a manutenção de informações no sistema acordados no momento da reunião inicial de contratação.

7.1.3.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela atualização do sistema de navegação (p. ex. FMS, cartas Jeppesen), da assinatura Camp System e demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados na aeronave, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave;

7.1.3.4. A CONTRATADA será responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

7.1.3.5. A CONTRATADA será responsável pela atualização periódica dos registros de manutenção das cadernetas da AERONAVE, dos motores e do diário de bordo, em sistema de gestão próprio da CONTRATADA.

7.1.3.6. Para a realização do serviço de Controle Técnico, a CAOP disponibilizará à empresa os seguintes dados:

- a) Horas de voo, ciclos de voo e acionamentos dos motores;
- b) Discrepâncias apresentadas;

7.1.3.7. O serviço de Controle Técnico será apresentado pela CONTRATADA sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e em arquivo magnético de planilha eletrônica, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;
- b) Histórico de todas as inspeções realizadas;
- c) Relação de inspeções a serem cumpridas;
- d) Controle de componentes com vida útil controlada/limitada (LLPs);
- e) Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;
- f) Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e recomendados;
- g) Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada;
- h) Controle, fornecimento e atualização dos conjuntos de manuais de operação da AERONAVE;
- i) Relatório de previsão das principais revisões vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação.

7.1.3.8. Será fornecida pela CONTRATADA uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos

- a) Estas listagens serão atualizadas sempre que a AERONAVE cumprir uma inspeção periódica de seu PLANO DE MANUTENÇÃO acima de 100 (cem) horas de voo ou a cada mês (o que ocorrer primeiro).
- b) A CONTRATADA enviará à CAOP o conjunto de listagens atualizadas para inserção na pasta, juntamente com a fatura de cobrança dos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO.

7.1.3.9. A CONTRATADA será responsável por informar a Contratante através de documento específico a previsão de vencimento de qualquer componente controlado assim como qualquer tarefa de manutenção componente ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias.

7.1.3.10. Caso a condição de aeronavegabilidade da aeronave e/ou a execução de qualquer tarefa de manutenção dependa de providência da Contratante junto a autoridade aeronáutica ou outra empresa que preste serviço a Contratante – tal como seguradora ou despachante aeronáutico - a CONTRATADA será responsável por informar a Contratante através de documento específico do vencimento com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias. Se, por falha de procedimento da CONTRATADA, este procedimento não for realizado conforme previsto, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para resolver seus efeitos junto à ANAC, bem como realizar ou subcontratar tarefas eventualmente necessárias com este fim, cabendo a Contratada os custos.

7.1.3.11. Caso a Contratante não seja comunicada especificamente com a antecedência prevista, a Contratada deverá arcar com a responsabilidade de disponibilizar todos os recursos à sua disposição.

7.1.3.12. Os REPRESENTANTES DA CONTRATADA designados para o APOIO TÉCNICO OPERACIONAL serão responsáveis por coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo da AERONAVE e enviá-las eletronicamente para a CONTRATADA para que os serviços de Controle Técnico de Manutenção possam ser prestados.

7.1.3.13. A CONTRATANTE deverá manter atualizados os diários de bordo com as informações de horas e CICLOS de VOO, AH, AC, e panes apresentadas pela AERONAVE. Tais informações devem ser atualizadas toda vez que a AERONAVE completar um CICLO DE VOO.

7.1.3.14. A CONTRATADA arcará com o pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da comprovada inobservância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, bem como terá responsabilidade por qualquer falha comprovada na realização dos serviços, apurados mediante regular processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3.15. Com base nas informações do Controle Técnico de Manutenção, bem como as informações previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE os WORKSCOPES da MANUTENÇÃO PROGRAMADA a ser realizada na AERONAVE e seus motores, assim como suas respectivas DATAS LIMITE, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias.

7.1.3.16. A partir da data de início até a data de término da vigência do CONTRATO, sempre que os FABRICANTES ou AUTORIDADES AERONÁUTICAS emitirem DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE aplicáveis à AERONAVE ou seus motores, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE um sumário explicativo daquelas diretivas com informações gerais sobre seu cumprimento.

7.1.3.17. As publicações de caráter operacional da AERONAVE serão fornecidas pela CONTRATADA, ficando a atualização (organização física e manuseio) sob a responsabilidade da CONTRATANTE.

#### 7.1.4. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS

7.1.4.1. Serviços Eventuais de Manutenção são os serviços que não estão inclusos no escopo dos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e poderão ser contratados POR EVENTO. Os Serviços Eventuais de Manutenção compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

- a) Serviços de reparos estruturais: são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante da aeronave;
- b) serviços de manutenção de terceiro nível: são os serviços não cobertos pelo apoio operacional, que necessitam de inspeção detalhada do componente em bancada e/ou teste em banco de provas, como, por exemplo, a revisão geral de motor; serviços de pintura externa e interna: são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pela CAOP;
- c) serviços de capotaria: são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos assentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros;
- d) cumprimento de diretivas técnicas;
- e) serviços de envio e coleta de componentes: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção;
- f) serviços de manutenção de aviônicos: São os serviços de eletrônica que não puderem ser realizados pelo mecânico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.
- g) de ACIDENTE ou INCIDENTE AERONÁUTICO, ou dano por objeto estranho (FOD) não causado pela CONTRATADA;
- h) do mau uso da AERONAVE e suas partes e componentes, exceto quando praticado pela CONTRATADA;
- i) da operação da AERONAVE fora das suas especificações operacionais estabelecidas pelo FABRICANTE e validadas pela AUTORIDADE AERONÁUTICA;
- j) de serviços de manutenção efetuados por terceiros ou peças instaladas por terceiros, sem anuência expressa da CONTRATADA;
- k) de catástrofes naturais;
- l) do manuseio inadequado de peças de manutenção por terceiros não autorizados pela CONTRATADA;
- m) envio de peças, acessórios e equipamentos necessários a SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO a serem realizados no exterior;
- n) mão-de-obra para os serviços que estiverem fora do escopo do APOIO OPERACIONAL a serem realizados no exterior;
- o) as DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE (D.A.) em vigor e as que forem publicadas após a divulgação do edital de licitação inclusive as D.A.s relativas ao conceito de "FLIGHT SECURITY" e as relativas ao conceito "FLIGHT SAFETY";
- p) serviços de Engenharia – (i) análise de danos estruturais, (ii) análise de danos devido à ingestão de FOD, (iii) análise de danos devido à descargas elétricas atmosféricas e cargas estáticas excessivas, (iv) definição de reparos necessários para restauração da AERONAVEGABILIDADE;
- q) serviços diversos – (i) polimento de superfícies, pintura geral, repintura e acabamentos, (ii) serviços de reparo, recuperação, reforma, manutenção, substituição e retoque de pintura nos Componentes do interior, (iii) implementação de Boletins de Serviço não-mandatórios, aplicáveis à AERONAVE, (vi) qualquer outra atividade de manutenção que a Contratada estiver homologada para executar, porém não estiver incluída no Preço descrito neste Termo de Referência, (vii) locação de componentes não cobertos pelos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO, para atendimentos em situações de emergência; Reforma, revisão geral, reparo e aluguel de motores e seus componentes bem como todos os serviços para os motores que estiverem fora do escopo da manutenção de linha;
- r) Aquisição de ASSINATURAS DE BANCOS DE DADOS;

7.1.4.2. As MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS são manutenções sem intervalos definidos e é realizada para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção ("COM"). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

7.1.4.3. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de um serviço de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA.

7.1.4.4. Se o problema for verificado pelos REPRESENTANTES DA CONTRATADA responsáveis pelo APOIO TÉCNICO EM CAMPO, a CONTRATANTE deverá ser notificada para que seja procedida a informação a Contratada.

7.1.4.5. A CONTRATANTE efetuará o deslocamento da AERONAVE até um CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, cujo endereço deverá ser informado na proposta comercial, sempre que houver discrepâncias que não comprometam a AERONAVEGABILIDADE, e:

- a) Sejam iguais ou superiores em complexidade às inspeções de 200 Horas;
- b) Tiverem que ser realizadas num CENTRO DE SERVIÇOS por exigência da AUTORIDADE AERONÁUTICA;
- c) Requeiram ferramentas especiais ou serviços técnicos de alta especialização.

7.1.4.6. Caso as discrepâncias encontradas na AERONAVE a torne não AERONAVEGÁVEL e não possam ser solucionadas pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, a CONTRATADA deverá assessorar a CAOP para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a AERONAVE à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

7.1.4.7. Caso as discrepâncias encontradas na AERONAVE a torne não AERONAVEGÁVEL e os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO para solucioná-las não estejam incluídos nos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO, a CONTRATADA poderá prestar os serviços diretamente por meio de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS ou SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES, observado o disposto nos itens pertinentes deste Termo de Referência.

7.1.4.8. Quando for necessário e/ou por motivo de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá fornecer para a CONTRATANTE:

- a) Um Inspetor de manutenção e/ou Engenheiro Aeronáutico ou engenheiro mecânico com habilitação no CREA para o acompanhamento das inspeções/revisões;
- b) Um técnico habilitado em aviônicos, para solucionar problemas dos aviônicos pertinentes à AERONAVE.

#### 7.1.5. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

7.1.5.1. A CONTRATADA, poderá subcontratar os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, apresentando, no mínimo três orçamentos que deverão ser submetidos à CAOP para análise, nos termos previstos neste Termo de Referência;

7.1.5.2. No caso de subcontratação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO descritos neste Termo de Referência, a serem cobrados POR EVENTO, os licitantes poderão adicionar TAXA ADMINISTRATIVA de serviços conforme apresentado na proposta.

7.1.5.3. As TAXAS ADMINISTRATIVAS a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, um para subcontratações nacionais e outro para subcontratações internacionais.

7.1.5.4. Nenhum serviço contratado POR EVENTO deverá ser prestado pela CONTRATADA antes da aprovação por escrito pela CONTRATANTE do respectivo orçamento.

7.1.5.5. A CONTRATADA, poderá prestar diretamente ou subcontratar os SERVIÇOS DE ASSESSORIA E DOCUMENTAÇÃO (tais como o serviço de despachante aeronáutico etc.) – que visem demonstrar a condição de pleno atendimento dos requisitos legais da aeronave quando envolver questões de manutenção e for necessário para manter a plena capacidade de aeronavegabilidade da aeronave juntos aos órgãos reguladores da aviação, tais como ANAC e CTA e outros pertinentes como ANATEL, devendo em todos os casos de subcontratação apresentar no mínimo três orçamentos para análise ou justificativa para a não apresentação sendo submetidos à CAOP, nos termos previstos neste Termo de Referência;

7.1.5.5.1. Não haverá subcontratação no caso de renovações/atestações do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL. A Contratada arcará com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

7.1.5.6. Nos casos de subcontratações eventuais em que apenas uma Empresa detenha a exclusividade na prestação do serviço, será necessário apresentação de declaração de exclusividade dos serviços prestados.

#### 7.1.5.7. Assinatura de Banco de Dados (FMS)

7.1.5.7.1. A CONTRATADA será responsável pelas assinaturas dos bancos de dados do sistema FMS da AERONAVE, por meio de assinatura anual, com as seguintes quantidades:

- a) FMS-JEPP-T7-AMR Jeppesen TYPE 7 Americas; plataforma KING AIR 350i, SN: FL-796; e
- b) FMS-IFIS Enhanced Map Overlays Subscription; plataforma KING AIR 350i, SN: FL-796.

7.1.5.7.2. A CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos 30 dias antes do vencimento das assinaturas do FMS, a(s) proposta(s) de renovação.

7.1.5.7.3. O valor será pago de acordo com o INVOICE da Empresa responsável pelo produto; orçamento com a taxa cambial; e impostos da Receita Federal do Brasil.

7.1.5.7.4. A vigência de cada assinatura é anual, o que significa que a CONTRATADA se responsabilizará para que os códigos fornecidos disponibilizem o serviço de atualização dos bancos de dados durante todo o período de 365 dias, a partir da data da publicação do contrato, devendo a mesma realizar contato com a ROCKWELL COLLINS, INC, com a finalidade de saneamento das inconsistências eventualmente relatadas pela CONTRATANTE.

7.1.5.7.5. A CONTRATADA deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela empresa ROCKWELL COLLINS, INC, durante o período de duração do contrato.

#### 7.1.5.8. Assinatura de Cartas Aeronáuticas

7.1.5.8.1. Fornecimento de código de uso, por meio de *assinatura anual*, para acesso aos documentos/cartas de navegação aérea com coberturas específicas para a **América do Sul e Brasil**, em formato eletrônico, disponíveis para o aviãoico da aeronave, todos com atualização periódica, confeccionados pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, com sede nos Estados Unidos da América. com as seguintes quantidades:

- a) Revision Service.JV MFD.14-Days.Annual Electronic Chart Services.JV Collins.Proline21.Avonics. PART NUMBER: 10043064: Uma assinatura (1);

b) Revision Service.JV MFD.14-Days.Annual Electronic Chart Services.South America.JV Rockwell Pro Line.IFR.Coverage PART NUMBER: 10018482: Uma assinatura (1).

7.1.5.8.2. A vigência de cada assinatura é anual, o que significa que a CONTRATADA se responsabilizará para que os códigos fornecidos disponibilizem o serviço de compilação e disponibilização em tempo real das cartas aeronáuticas de qualquer localidade no Brasil e na América do Sul durante todo o período de 365 dias, a partir da data da publicação do contrato, devendo a mesma realizar contato com a JEPPESEN SANDERSON, INC, com a finalidade de saneamento das inconsistências eventualmente relatadas pela CONTRATANTE.

7.1.5.8.3. A CONTRATADA deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas, durante o período de duração do contrato.

7.1.5.8.4. A justificativa para a contratação das Cartas Jepps foi estabelecida no Estudo Técnico preliminar e tem como axioma o fato de:

I - A JEPPESEN é a única plataforma compatível com o sistema de inserção de cartas no software da aeronave.

II - A JEPPESEN é a única fornecedora que dispõe este tipo de material para atender todas as regiões do mundo. No caso específico da CAOP/DIREX, estamos solicitando assinatura para a América do Sul e Brasil, somente. A intenção de contratação da assinatura confeccionada pela JEPPESEN se dá pela qualidade do material utilizado e pela necessidade de padronização de material usado nas aeronaves.

III - Além disso, cumpre ressaltar que as aeronaves da frota da Polícia Federal: dois Grand Caravan C208 com aviônicos de navegação modificados no ano de 2016 e aeronave AW139, já possuem em seus sistemas de navegação cartas aeronáuticas no formato JEPPESEN.

IV - Assim, não é recomendada a utilização de dois tipos de cartas nas aeronaves, pois o diferente *layout* poderia causar dúvidas de interpretação, colocando em risco a Segurança do voo. As cartas JEPPESEN possuem um detalhamento usado internacionalmente, possibilitando que os tripulantes da CAOP se mantenham familiarizados com este tipo de material, estando prontos para realizar missões no Brasil e exterior.

7.1.5.8.5. Caso haja no mercado cartas aeronáuticas compatíveis com os aviônicos da aeronave e de capacidade equivalente, a CONTRATADA deverá submeter à CONTRATANTE para análise.

#### 7.1.5.9. Assinatura Camp System

7.1.5.9.1. A CONTRATADA será responsável pela assinatura CAMP SYSTEM, por meio de assinatura anual.

7.1.5.9.2. O valor será pago de acordo com o INVOICE da Empresa responsável pelo produto; orçamento com a taxa cambial; e impostos da Receita Federal do Brasil.

7.1.5.9.3. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE o código de acesso ao site Camp System para que o fiscal da CONTRATANTE possa ter acesso ao sistema de controle digital.

7.1.5.9.4. A CONTRATADA utilizará os dados do CAMP SYSTEM como uma ferramenta de registro e acompanhamento "on line" do status de manutenção da aeronave, fornecida pelo fabricante.

7.1.5.9.5. A CONTRATADA não poderá eximir-se da obrigação de efetuar o acompanhamento do status da aeronave, sob pena de ser penalizada conforme item específico deste Termo de Referência.

7.1.5.9.6. A vigência de cada assinatura é anual, o que significa que a CONTRATADA se responsabilizará para que os códigos fornecidos disponibilizem acesso ao serviço de controle técnico durante todo o período de 365 dias, a partir da data da publicação do contrato, devendo a mesma realizar contato com a fabricante, com a finalidade de saneamento das inconsistências eventualmente relatadas pela CONTRATANTE.

#### 7.1.6. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS

7.1.6.1. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues na Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral - Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF ou em qualquer outra unidade da CONTRATANTE mais próxima do lugar em que a AERONAVE estiver, desde que no território nacional, compreendendo qualquer material, peças, acessórios e equipamentos, os quais esteja contratualmente obrigada a fornecer e sejam necessários à manutenção da AERONAVE.

7.1.6.2. Para os casos de envio de peças ao exterior, as despesas relativas ao envio serão cobradas da CONTRATANTE, na forma deste Termo de Referência.

7.1.6.3. Todos os componentes aeronáuticos, (inclusive óleos lubrificantes, hidráulicos, gases - oxigênio e nitrogênio) fornecidos pela CONTRATADA e necessários à disponibilização, na condição de aeronavegável, da aeronave deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE.

7.1.6.4. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

7.1.6.5. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem dos componentes aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA.

7.1.6.6. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

7.1.6.7. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

#### 7.1.7. RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM

7.1.7.1. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos ordinários e extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL fora da Sede (Brasília/DF).

7.1.7.2. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, o valor referente à mão-de-obra está incluso no CUSTO FIXO MENSAL pago pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE ressarcir à CONTRATADA os valores referentes ao transporte e hospedagem do mecânico.

7.1.7.3. O ressarcimento de mecânico em viagem será pago de acordo com a demanda da manutenção. O montante disponibilizado no Item 11 foi estabelecido levando-se em consideração as despesas de 2 (dois) mecânicos de manutenção (especialista da área e inspetor de manutenção), 20 (vinte) dias e 2 (dois) bilhetes de ida e volta por mês. Foram considerados, apenas para fins de estimativa e inclusão orçamentária, a diária de R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais) para hospedagem e o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para os bilhetes de ida e volta. Estimou-se, assim, o valor de R\$ 55.080,00 (cinquenta e cinco mil e oitenta reais) anual.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Até 15 dias após a assinatura do contrato, será realizada a **Reunião Inicial de Fiscalização**, com a presença do preposto da CONTRATADA, bem como da equipe de fiscalização designada pelo CONTRATANTE e a equipe responsável de Planejamento da Contratação.

8.2. A Reunião destinar-se-á a apresentação do Plano de Fiscalização a ser adotado pelas partes, que será firmado observando o disposto neste Termo de Referência, Edital e Contrato, contendo no mínimo: informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dos prazos para execução dos Serviços Iniciais de Manutenção, dentre outros.

8.3. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e assinado por todos os participantes.

8.4. A CONTRATADA deverá enviar o preposto ou equipe designada para participar das reuniões periódicas que tem por finalidade garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

8.5. Poderão ser marcadas reuniões extraordinárias entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA sempre que considerado necessário, neste caso a data deverá ser pré-acordada entre as partes.

8.6. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização do Gestor do Contrato, o prazo para a prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

8.7. A gestão de contrato será realizada conforme estabelecido na IN nº 5/2017, a partir da formação da equipe de fiscalização formada por no mínimo, o gestor do contrato, fiscal requisitante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

### 8.8. Dos mecanismos formais de comunicação

8.8.1. O canal de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do preposto. O preposto é o representante da CONTRATADA junto a Polícia Federal. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra ao CONTRATANTE.

8.8.2. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO, nas formas relacionadas na tabela abaixo:

DOCUMENTO	FUNÇÃO	EMISSOR	DESTINATÁRIO	PERIODICIDADE
Ofício	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
E-mail	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
Ordem de Serviço	Autorização para prestação dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Relatório Geral de Faturamento	Atestar as condições em que os serviços foram prestados	Contratada	Contratante	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Ata de Reunião	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário

### 8.8.3. Relatório Geral de Faturamento

8.8.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente por escrito o Relatório Geral de Faturamento até o 5º dia útil do mês subsequente, composto pelos seguintes relatórios gerenciais e técnicos, para comprovação e fiscalização dos serviços prestados:

8.8.3.1.1. Relatório mensal no formato fornecido pela CONTRATANTE em que constarão, no mínimo, as características de prestação de cada serviço, distribuído por item e sub-item.

8.8.3.1.2. No caso de não ocorrência de algum serviço prestado por evento, será admitida a supressão das informações a fim de tornar o documento mais sucinto.

8.8.3.1.3. Os demais relatórios mensais previstos neste Termo de Referência deverão ser parte integrante do Relatório Geral de Faturamento, ainda que já tenha sido prestada a informação por outro meio, por exemplo o relatório mensal de Controle Técnico de Manutenção.

8.8.3.1.4. Sugestões de alteração e simplificação do Relatório Geral de Faturamento poderão ser adotadas desde que haja acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e não resultem e omissão de informações relevantes que possam causar prejuízo ao bom andamento das fiscalizações.

8.8.3.1.5. Outras informações consideradas relevantes.

8.8.3.2. A seu critério, a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação de fidelidade das informações e dados apresentados nos relatórios.

8.8.3.3. A recusa ou a morosidade da CONTRATADA em cooperar com a comprovação de fidelidade dos dados dos relatórios, caracterizadas pela ausência de respostas ou não apresentação dos documentos solicitados em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de solicitação, implicarão em suspensão dos pagamentos, sanções e penalidades aplicáveis.

#### 8.8.4. Da Forma de Remuneração

8.8.4.1. A prestação dos serviços será remunerada a partir da garantia de disponibilidade, bem como do atendimento aos demais critérios de aceitação descritos no item 15 deste Termo de Referência.

8.8.4.2. O valor do pagamento mensal pelos serviços será calculado de acordo com a efetiva execução dos serviços, aplicados os descontos relativos ao eventual descumprimento dos indicadores mínimos de desempenho, bem como das demais obrigações contratuais. Assim, o valor mensal a ser pago pelo serviço será calculado com base na fórmula abaixo:

8.8.4.2.1. Remuneração Mensal Total = valor mensal a ser pago à CONTRATADA resultante da soma de todos os itens e subitens já aplicados os descontos decorrentes do não cumprimento dos IMDs

8.8.4.2.2. Remuneração Mensal por item ou sub-item = [ (Valor Anual Contratado para cada item ou sub-item/12) \* (1-Desconto a ser aplicado por descumprimento de IMD para cada item/sub-item) ]

8.8.4.2.3. Onde:

I - Remuneração Mensal por item/sub-item = Valor a pagar calculado separadamente para cada item ou sub-item considerando o valor da proposta apresentado pela CONTRATADA assim como demais correções decorrentes de renovação ou aditivos contratuais posteriores.

II - Valor Anual Contratado = Valor total anual estabelecido em CONTRATO

III - Indicador Mínimo de Desempenho (IMD) = percentual de redução/glosa a ser aplicada em razão do não atingimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos, limitado a 30%, conforme descrito no item 15 deste Termo de Referência.

IV - Não haverá qualquer espécie de bônus, premiação ou pagamento adicional para os casos em que a CONTRATADA supere os IMDs exigidos, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais e outros recursos para alcançá-las.

#### 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos de apoio de solo, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Todos os materiais, equipamentos, equipamentos de apoio de solo, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados no escopo dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE, ficando a CONTRATADA responsável pela procedência, qualidade, rastreabilidade e garantia do seu fornecimento.

9.3. O SMAN/CAOP possui equipamentos de apoio ao solo (E.A.S), como por exemplo: escadas de manutenção e fontes de força auxiliares de partida (GPU, APU, etc). A CONTRATADA está autorizada a utilizar esses E.A.S. sem prejuízo de a qualquer momento ser obrigada a disponibilizar qualquer equipamento que venha a ser utilizado nas práticas manutentivas da aeronave.

9.4. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

9.5. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues na Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral - Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF, salvo em caso de AOG em que serão entregues em unidade da Polícia Federal mais próxima da localidade em que este evento ocorra ou no aeródromo em que ocorra o fato. Para tanto, haverá acerto prévio entre Contratada e Contratante.

9.6. Mediante a disponibilização das peças, materiais ou equipamentos necessários para que a aeronave retorne a sua condição de aeronavegável, a CONTRATADA deverá apresentar os componentes onde a AERONAVE estiver, nos seguintes prazos:

a) Aeronave no HANGAR DA CAOP: 24 (vinte e quatro) horas;

b) Aeronave em aeroportos domésticos servidos pela aviação comercial regular: 36 (trinta e seis) horas;

c) Aeronave em aeroportos domésticos não servidos pela aviação comercial regular: 50 (cinquenta) horas; e

d) Aeronave em aeroportos internacionais: 72 (setenta e duas) horas, sendo que este período de tempo poderá variar em função das condições do aeroporto e dos voos regulares para o país em que o material deva ser enviado. Neste caso, a CONTRATADA deverá encaminhar formalmente à CONTRATANTE as razões e os procedimentos adotados para a solução do problema.

9.6.1. A disponibilização dos materiais, peças ou equipamentos aeronáuticos que se refere o item 9.6 contará a partir do momento em que a CONTRATADA tenha o componente em estoque.

9.7. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.

9.8. Para os fins deste Termo de Referência, os preços dos materiais a serem adquiridos da CONTRATADA, diretamente ou por subcontratação, necessários a qualquer serviço de manutenção na AERONAVE, deverão estar de acordo com o "price list" do FABRICANTE, o que deverá ser comprovado pela Contratada.

9.9. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (price list) do FABRICANTE, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

9.10. O SMAN/CAOP não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com o praticado pelo mercado.

9.11. Para os casos de envio de peças ao exterior, as despesas relativas ao envio serão cobradas da CONTRATANTE, na forma citada neste Termo de Referência.

9.12. As notas fiscais, referentes a materiais adquiridos da CONTRATADA pela CONTRATANTE, deverão vir acompanhadas de cópia do "price list" e de cópia do orçamento aprovado pela CAOP, e nelas (notas fiscais) deverão constar o número do orçamento aprovado, número do contrato e o prefixo da aeronave.

9.13. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

9.14. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

9.15. No caso do fornecimento dos Bancos de dados do FMS e Cartas Aeronáuticas, para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar as atualizações mensais do FMS e os códigos de uso das Cartas Aeronáuticas, via e-mail ou por meio físico, via correios, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a) Os serviços de manutenção relacionados nesse TR, as intervenções decorrentes de discrepâncias apresentadas em operação, a aplicação de acessórios e a aplicação de qualquer boletim aplicável à AERONAVE e seus motores serão efetuados de acordo com as normas e padrões da ANAC atendendo aos requisitos do RBAC nº 43, do RBAC nº 145 e do RBHA nº 91, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretivas técnicas dos fabricantes da aeronave e do(s) seu(s) motor(es).

b) A CONTRATADA e suas subcontratadas deverão possuir registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;

c) Durante o período em que a AERONAVE permanecer em manutenção sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá proporcionar-lhes hangaragem adequada durante todo o período de manutenção, responsabilizando-se por quaisquer danos ou perdas causadas a elas durante este período que tenham sido causados por sua responsabilidade;

d) Os serviços previstos de manutenção deverão ser realizados preferencialmente onde a AERONAVE estiver, desde que autorizado pelas autoridades competentes em cumprimento da legislação pertinente.

10.2. OS LICITANTES poderão realizar VISTORIA PRÉVIA na AERONAVE com o intuito de verificar possíveis discrepâncias ocasionadas no interstício das contratações, ter acesso ao CTM e documentações da aeronave e verificar o estado geral da aeronave.

10.3. Caso a licitante não realize a vistoria prévia subentende-se ciência da condição de uso atual da aeronave sem ônus para a contratada.

10.4. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato, somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, definida no Anexo III, seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

### 10.5. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - MANUTENÇÃO PROGRAMADA.

10.5.1. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS preveem pagamentos conforme a demanda das inspeções de acordo com o ANEXO VI desse termo de referência (TR).

10.5.2. As inspeções programadas de acordo com o anexo VI desse TR tem como quantitativo o estabelecido em estudo preliminar, contudo há variação de homem/hora a depender da empresa para cada serviço, reforçando que as autorizações das ordens de serviços e pagamentos serão efetuados conforme propostas previamente apresentadas.

10.5.3. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS a serem prestadas diretamente pela CONTRATADA, serão remuneradas na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica.

10.5.3.1. O valor do homem/hora que será cobrado da CONTRATANTE será o mesmo dos Serviços eventuais de Manutenção (item 4 da tabela do objeto desse TR).

10.5.4. A CONTRATADA deverá fornecer os SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO, considerando uma utilização prevista de 600 (seiscentas) horas de voo por ano.

10.5.5. A CONTRATADA efetuará retoques na pintura e reparos de interiores, que tenham sido ocasionados em virtude de suas atividades ou de seus prepostos na execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, visando especialmente proteger áreas da AERONAVE contra a corrosão.

10.5.5.1. Qualquer reparo de pintura e reparo nos interiores que tenham sido ocasionados pela intervenção manutentiva deverão ser suportados pela CONTRATADA não sendo possível o repasse desses custos para a CONTRATANTE.

10.5.6. Todos os procedimentos e despesas relativas ao traslado da AERONAVE são de responsabilidade da CONTRATANTE, exceto o custo relativo ao combustível necessário ao traslado da aeronave para o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA quando esta for realizar inspeções programadas.

10.5.7. O custo relativo ao combustível necessário ao traslado da aeronave para o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, será descontado da fatura referente ao mês da execução do serviço.

10.5.7.1. Será estimado tomando por base a distância, em linha reta, entre a sede da CONTRATANTE e a localidade do CENTRO DE SERVIÇOS, a velocidade média e consumo médio de cruzeiro da aeronave a ser mantida e o preço do combustível para abastecimento das aeronaves da CONTRATANTE em Brasília/DF.

10.5.7.2. A CONTRATANTE informará os dados do item anterior à CONTRATADA, antes do início da execução de qualquer serviço no CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA.

10.5.7.3. Caberá a CONTRATADA arcar com os valores referentes as taxas e emolumentos incidentes na manutenção da AERONAVE, exceto multas decorrentes da operação.

### 10.6. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.

10.6.1. Os SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO preveem cobrança do CUSTO FIXO MENSAL.

10.6.2. O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL compreende a MANUTENÇÃO DE CAMPO a ser prestado pela CONTRATADA, através de seus REPRESENTANTES, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou em qualquer outro local, desde que previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA.

10.6.3. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO, o valor referente à mão-de-obra deverá estar incluso no valor da proposta.

10.6.4. A CONTRATADA deve se cientificar do quantitativo de colaboradores exigidos, bem como os prazos de apresentação para o serviço, inclusive em acionamentos extraordinários constantes do item 7.1.2.11., para o dimensionamento da proposta.

10.6.5. Mediante solicitação da empresa CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá fornecer no seu hangar um espaço (sala das empresas de manutenção) para uso pela empresa CONTRATADA, de forma a permitir o armazenamento de ferramentas, componentes, execução de pequenos reparos.

10.6.6. O espaço deverá dispor também de cabeamento e provisões para ponto de telefone/fax e Internet para uso exclusivo da empresa CONTRATADA, ficando por conta da empresa CONTRATADA a aquisição dos equipamentos necessários para uso e contratação e pagamento destes serviços para com as respectivas concessionárias.

10.6.7. A CONTRATADA permanecerá com as chaves do local, que serão restituídas à CAOP ao término do contrato.

10.6.8. Os produtos aeronáuticos CONSUMÍVEIS, definidos no ANEXO I, estarão inclusos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, não havendo cobrança à parte.

10.6.9. O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual a ser pago em 12 parcelas mensais.

10.6.10. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar o Apoio Técnico Operacional não havendo a possibilidade de subcontratação.

#### 10.7. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO.

10.7.1. Os SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO preveem cobrança do CUSTO FIXO MENSAL.

10.7.2. Para o dimensionamento da proposta das empresas licitantes e tendo por base o ano de 2019:

a) HORAS VOADAS: 456,8;

b) N° CICLOS: 175; e

c) N° POUSOS: 190.

10.7.3. O Controle Técnico de Manutenção (CTM) utilizará a Assinatura Camp System como ferramenta suplementar de controle.

a) A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE o código de acesso ao site Camp System para que o fiscal da CONTRATANTE possa ter acesso ao sistema de controle digital.

b) A CONTRATADA utilizará os dados do Camp System como uma ferramenta de registro e acompanhamento “on line” do status de manutenção da aeronave, fornecida pelo fabricante.

c) A CONTRATADA não poderá eximir-se da obrigação de efetuar o acompanhamento do status da aeronave, sob pena de ser penalizada conforme item específico deste Termo de Referência.

d) O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual a ser pago em 12 parcelas mensais.

10.7.4. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar o Controle Técnico de Manutenção não havendo a possibilidade de subcontratação.

#### 10.8. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS.

10.8.1. São os serviços prestados diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma de Homem-Hora trabalhado, os quais serão objeto de disputa no certame. Estima-se a quantidade de 200 (duzentos) Homens-hora para atender a aeronave.

10.8.2. Os serviços eventuais de manutenção, aqueles imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos no Modelo de Execução do Objeto deste Termo de Referência. Em razão do seu caráter ocasional, estes serviços não serão suportados pelos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e serão pagos por EVENTO e sob demanda.

10.8.3. Os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA. Serão remunerados na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica;

10.8.4. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios, conforme modelo do Anexo III deste Termo de Referência.

10.8.5. Todos os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO deverão expor em campo apropriado as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva.

10.8.6. Considerar-se-ão Manutenções não Programadas aquelas sem intervalos definidos e realizada para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

10.8.7. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de um serviço de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA.

#### 10.9. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E DE LOCAÇÃO DE COMPONENTES

10.9.1. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E DE LOCAÇÃO DE COMPONENTES, a serem subcontratados quando a CONTRATADA não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC para manutenção de determinado componente aeronáutico da aeronave.

10.9.2. Em caso de possibilidade de aluguel do motor da aeronave, a CONTRATADA deverá arcar com o seguro do motor, repassando os custos para a CONTRATADA.

10.9.3. Todos os custos logísticos de recebimento e envio do motor alugado que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o aluguel serão repassados a CONTRATANTE e constarão das faturas, que também deverá trazer anexo os comprovantes das referidas despesas.

10.9.4. Estes serviços serão pagos por demanda devendo ser considerados no dimensionamento da proposta a apresentação de uma TAXA ADMINISTRATIVA para prestação de serviços nacionais e uma TAXA ADMINISTRATIVA para prestação de serviços internacionais.

10.9.5. No momento da apresentação da proposta para o item 5 (cinco) a CONTRATADA deverá considerar o valor previsto para os Serviços Subcontratados e Locação de Componentes Nacionais acrescido da respectiva TAXA ADMINISTRATIVA e o valor previsto para Serviços Subcontratados e Locação de Componentes Importados acrescido da respectiva TAXA ADMINISTRATIVA.

10.9.6. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da

fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas e eventuais impostos sobre essas despesas.

10.9.7. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, incluindo a locação de componentes, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios, conforme modelo do Anexo III deste Termo de Referência.

10.9.8. Todos os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS deverão expor em campo apropriado as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva.

10.9.9. A apresentação de orçamento de SERVIÇO EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADO, sem as devidas quantidades H/H expressas no documento, não será aceita.

10.9.10. Casos excepcionais devidamente comprovados poderão ser aceitos.

10.9.11. Assinatura de Banco de Dados (FMS).

10.9.11.1. A assinatura será paga uma vez a cada intervalo de 12 meses.

10.9.11.2. Para faturamento da assinatura, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.9.11.3. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.9.11.4. O valor a ser pago será composto pelo valor da assinatura especificado no INVOICE, que será convertido em moeda nacional acrescido da taxa administrativa dos serviços eventuais subcontratados.

10.9.12. Assinatura de Cartas Aeronáuticas.

10.9.12.1. A CONTRATADA deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, durante o período de duração do contrato.

10.9.12.2. A assinatura será paga uma vez a cada intervalo de 12 meses.

10.9.12.3. Para faturamento das assinaturas, tendo em vista serem adquiridas no exterior, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.9.12.4. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.9.12.5. O valor a ser pago será composto pelo valor da assinatura especificado no INVOICE, que será convertido em moeda nacional acrescido da taxa administrativa dos serviços eventuais subcontratados.

10.9.13. Assinatura Camp System.

10.9.13.1. A assinatura será paga uma vez a cada intervalo de 12 meses.

10.9.13.2. Para faturamento da assinatura, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.9.13.3. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.9.13.4. O valor a ser pago será composto pelo valor da assinatura especificado no INVOICE, que será convertido em moeda nacional acrescido da taxa administrativa dos serviços eventuais subcontratados.

## 10.10. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS

10.10.1. O valor dos materiais aeronáuticos terá como referência as listas de preços (*price list*) do respectivo FABRICANTE disponíveis para consulta no endereço eletrônico do portal do fabricante. Poderá esse valor ser reduzido a partir de descontos oferecidos sobre os preços do FABRICANTE ou acrescido do percentual de TAXA ADMINISTRATIVA estabelecido pela CONTRATADA no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto.

10.10.2. Caso a licitante ofereça valor menor que R\$ 500.000,00 (valor reservado para a despesa) no subitem 8, subentende-se que a licitante está abrindo mão de quaisquer TAXAS ADMINISTRATIVAS para a plenitude do fornecimento dos materiais aeronáuticos e ofertando desconto no valor do preço (*price list*), proporcional à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. Por exemplo: caso a licitante ofereça o lance de R\$ 450.000,00 para o subitem 8, subentende-se que abriu mão da TAXA ADMINISTRATIVA e sobre o valor do *price list* será descontado o valor de 10% em relação ao material adquirido.

10.10.3. As TAXAS ADMINISTRATIVAS a que se refere o item anterior deverão ser apresentados separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional.

10.10.4. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.10.5. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.10.6. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*price list*) do FABRICANTE, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

10.10.7. No fornecimento de materiais aeronáuticos à base de EXCHANGE, o procedimento será o mesmo adotado para os demais materiais aeronáuticos, considerando-se a avaliação – economicidade – para a base de troca no mercado.

10.10.8. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

10.10.9. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.10.10. Não estão inclusos neste Item os materiais CONSUMÍVEIS, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos serviços de manutenção. Como exemplo: Graxas, spray limpa contato, arame de freio, panos de limpeza e outros.

10.10.11. A Contratada deverá prover os meios necessários para que o prazo de desembaraço alfandegário não ultrapasse 15 dias.

10.10.11.1. Esse prazo poderá flexibilizado eventualmente em caso devidamente justificados pela contratada com a anuência da CONTRATANTE.

10.10.11.2. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido no Item 10.10.11. serão aplicadas sanções estabelecidas nesse Termo de Referência, em especial em indisponibilidade sem prejuízo aos demais penalidades aplicáveis.

#### 10.11. **RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM**

10.11.1. Caso haja necessidade de envio de funcionário da Contratada, em comum acordo, deverão ser priorizados aproveitamentos em voos das aeronaves da CONTRATANTE. Neste caso, deverá ser dada prioridade ao deslocamento de funcionários que já estejam disponíveis na CAOP/DIREX/PF. Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.

10.11.2. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL ou SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO fora da Sede (Brasília/DF).

10.11.3. também estarão inclusos no ressarcimento as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários de técnicos da CONTRATADA que venham a realizar serviços na sede da CONTRATANTE em Brasília DF.

10.11.4. A Contratada deverá apresentar três orçamentos, emitidos por Empresas Aéreas, decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.

10.11.5. Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem do mecânico da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 5992/2006. Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado.

10.11.6. As despesas de deslocamento (táxi, transfer, ônibus) será pago pela CONTRATANTE.

10.11.7. No caso de acionamento, as despesas referentes a passagem aérea ou terrestre serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo ser faturado neste item.

10.11.8. Despesas com taxi/aplicativo de transporte estão limitadas ao valor estabelecido para o servidor público civil da União, como Adicional de Embarque e Desembarque, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 5992/2006.

10.11.9. Serão ressarcidas somente as despesas devidamente comprovadas até o limite estabelecido no item anterior.

10.11.10. Não são de responsabilidade da CONTRATANTE as demais despesas decorrentes do deslocamento do técnico da CONTRATADA, tais como: excesso de bagagem, seguro de viagem, despesas com vestuários, medicamentos e outras afins.

10.11.11. Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado.

#### 10.12. **DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS**

10.12.1. A Taxa Administrativa dos serviços executados no exterior deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) lucro da empresa.

10.12.2. A Taxa Administrativa dos serviços executados no Brasil deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) lucro da empresa.

10.12.3. Taxa Administrativa para o Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) fretes;
- c) custos de armazenagem;
- d) outros custos logísticos; e
- e) lucro.

10.12.4. A taxa Administrativa para o Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) fretes;
- c) custos de armazenagem;
- d) outros custos logísticos; e
- e) lucro.

#### 11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.12. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da CONTRATANTE e a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;
- 11.13. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos SERVIÇOS que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;
- 11.14. Acionar a CONTRATADA para realização dos SERVIÇOS, devidamente acompanhados da Ordem de Serviço, expedida pela CONTRATANTE;
- 11.15. Solicitar o fornecimento de peças e autorizar a execução de SERVIÇOS através de formulário próprio;
- 11.16. Informar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando possível, as discrepâncias a serem sanadas na próxima inspeção e a data provável da realização desta;
- 11.17. Disponibilizar um espaço/local com mesa, cadeira e provisões para comunicação (cabeamento) para telefone e internet para a CONTRATADA na base do CONTRATANTE, ficando por conta da CONTRATADA a ativação da linha telefônica e do serviço de Internet, bem como o pagamento pelo seu uso;
- 11.18. Disponibilizar um local para guardar ferramentas e equipamentos da CONTRATADA na base do CONTRATANTE;
- 11.19. Solicitar formalmente a execução dos SERVIÇOS objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.20. Aprovar, após análise, as ordens de serviço e orçamentos apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do momento do recebimento;
- 11.21. Atestar as notas fiscais conforme as ordens de serviço e orçamentos aprovados e encaminhá-los para a COAD/DLOG/PF, em no máximo 15 (quinze) dias após o recebimento das notas fiscais;
- 11.22. Informar à CONTRATADA da existência de garantias de COMPONENTES eventualmente remanescentes;
- 11.23. Fornecer ponto de ar-comprimido com pressão suficiente para acionamento de ferramentas pneumáticas, bem como acesso à energia elétrica, na tensão de 220 volts e 380 volts para acionamento de ferramentas de manutenção;

## 12. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, mantendo a AERONAVE na condição de aeronavegável, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, equipamentos de apoio, EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução das manutenções.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.22. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação; e Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 12.25. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 12.26. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 12.27. Substituir, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, quando solicitado por escrito pela CONTRATANTE e tecnicamente justificado por escrito, qualquer profissional que estiver prestando o SERVIÇO objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 12.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 12.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 12.30. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 12.31. Disponibilizar mecanismo para a confirmação dos dados enviados pela contratante em prazo razoável.
- 12.32. Garantir, na execução dos SERVIÇOS, a utilização somente de peças, materiais genuínos e equipamentos indicados pelo FABRICANTE da AERONAVE.
- 12.33. Refazer em igual prazo de execução, contado a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados.
- 12.34. Submeter à fiscalização da CAOP, quando solicitado, os SERVIÇOS executados.
- 12.35. Refazer os serviços ou substituir peças, materiais e equipamentos que estejam em comprovado desacordo com as normas e padrões definidos pelo FABRICANTE e/ou pela AUTORIDADE AERONÁUTICA.
- 12.36. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta, no total ou em parte, o patrimônio da CAOP em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 12.37. Refazer em igual prazo de execução, contado a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados.
- 12.38. Permanecer durante toda a vigência do Contrato em consonância com o seu Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional (MGSO) aprovado e em consonância com as normas referentes à prevenção de acidentes aeronáuticos e segurança de voo, conforme prevê a resolução nº 106 da ANAC, de 30 de junho de 2009.
- 12.39. Realizar manutenção de campo em qualquer localidade do território nacional, e preventiva desde que previamente autorizada pela ANAC. Em ambos os casos as decisões devem ser baseadas na documentação técnica do fabricante e legislação em vigor.
- 12.40. Garantir pronto atendimento à AERONAVE objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA nos termos do previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo os técnicos que compõem a equipe técnica de APOIO OPERACIONAL prestar SERVIÇOS prioritariamente à CONTRATANTE.

12.41. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato relativo a este TERMO DE REFERÊNCIA de acordo com a lei aplicável.

12.42. Manter um Índice de Disponibilidade mínimo de 80% (oitenta por cento) nos termos do TERMO DE REFERÊNCIA.

12.43. Apresentar comprovante de assinatura dos MANUAIS DE MANUTENÇÃO da AERONAVE e demais publicações pertinentes (tais como legislação aplicável), ou documento que comprove seu acesso aos mesmos.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto observando os limites máximo de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, que no caso em questão corresponde aos Serviços Ordinários de Manutenção:

- a) MANUTENÇÕES PROGRAMADAS, exceto revisão gerais de componentes;
- b) APOIO TÉCNICO OPERACIONAL; e
- c) CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO.

13.1.2. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC, tais como revisão geral de motor, hélices e componentes, até o limite de disponibilidade financeira.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.2.1. Antes de efetuar subcontratação de terceiros, no Brasil ou no Exterior, a CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, apresentando, no ato, orçamento do serviço a ser subcontratado e documentação que comprove os requisitos citados.

13.2.2. Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATANTE realizará, em sendo possível, pesquisa de mercado com fornecedores distintos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.

13.2.3. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

13.2.4. Poderá ser dispensada a apresentação de mais de um orçamento quando este vier acompanhado de atestado de exclusividade.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.3.1. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

13.3.2. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

13.3.3. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio Referência, a CONTRATADA deverá apresentar previamente 03 (três) orçamentos referentes ao serviço. Na hipótese da impossibilidade do fornecimento do constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.3.4. A CONTRATANTE não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

13.3.5. A CONTRATADA poderá cobrar TAXA ADMINISTRATIVA referente ao serviço prestado por terceiros, conforme apresentado na proposta comercial vencedora da licitação, devendo ser objeto de negociação antes da assinatura do contrato.

13.3.6. Não haverá cobrança de TAXA ADMINISTRATIVA no caso de aluguel dos motores ou outro componente da aeronave, devendo a CONTRATADA repassar à CONTRATANTE as taxas, tributos, impostos e os custos logísticos.

13.3.7. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE quaisquer garantias remanescentes dos serviços subcontratados e materiais aplicados nestes serviços.

13.3.8. Os serviços subcontratados deverão ser prestados por empresa homologada pela autoridade aeronáutica para os serviços, de forma a garantir sua qualidade.

13.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

13.4.1. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada

### 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 15.17.1. Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram estabelecidos como Metodologia de Avaliação da Execução dos Serviços, por meio de Instrumentos de Medição de Resultado a partir de Indicadores Mínimos de Desempenho (IMD) de acordo com cada item e sub-item de prestação de serviço listado na tabela do objeto de contratação.
  - 15.17.2. Para permitir que a gestão contratual esteja alinhada com a gestão da qualidade dos serviços prestados, foram estabelecidos IMD para a execução de cada item e sub-item dos serviços a serem contratados. Assim, os resultados serão medidos com base em indicadores vinculados a fórmulas de cálculo específicas, apurados temporalmente e continuamente monitorados, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas. Este conceito vincula-se ao novo modelo de contratação da Administração Pública Federal, no qual os serviços serão remunerados considerando parâmetros de qualidade e entrega efetiva de resultados.
  - 15.17.3. A mensuração de IMD é um critério claro e objetivo estabelecido pela CONTRATANTE para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas, a CONTRATADA deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste Termo de Referência para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.
  - 15.17.4. O cálculo dos IMDs deverá levar em consideração o seguinte:
    - 15.17.4.1. Os IMDs serão medidos, avaliados e calculados mensalmente e separadamente para cada item ou sub-item conforme tabelas previstas neste Termo de Referência, tendo como referência os serviços e peças consumidos naquele mês, considerando às 24 horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado;
    - 15.17.4.2. A abrangência dos indicadores de desempenho e a sua forma de cálculo estão definidos pelo CONTRATANTE neste Termo de Referência;
    - 15.17.4.3. Caso a soma total das penalidades aplicadas em função do não atendimento dos IMDs ultrapasse 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo, será considerado para efeito de desconto no valor mensal previsto para o pagamento o percentual de 30% (trinta por cento); e
    - 15.17.4.4. Havendo descumprimento do IMD em que fique caracterizado evento alheio ao controle da CONTRATANTE poderão ser realizados ajustes na mensuração do IMD pela equipe de fiscalização.
  - 15.17.5. **IMD - SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO:** Os IMDs foram definidos separadamente para cada item ou subitem incluído no item Serviços Ordinários de Manutenção conforme descrito nos itens abaixo.
  - 15.17.5.1. **IMD - MANUTENÇÃO PROGRAMADA:**

- a) As Manutenções programadas deverão ser realizadas em Centro de Serviços e datas pré-acordadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes;
- b) Os períodos previstos para as manutenções programadas deverão ser estabelecidos na Reunião Inicial de Contratação e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;
- c) A alteração da data da manutenção programada realizada fora do previsto no item anterior e sem a anuência da contratada será considerada intempestiva;
- d) Caso a manutenção programada seja realizada fora das datas agendadas, o prazo de parada da aeronave será computado como indisponibilidade no item de Apoio Técnico Operacional;
- e) Caso a aeronave não seja entregue na condição de aeronavegável em até 15 dias úteis após a data prevista para retorno da aeronave em virtude de manutenção programada, o atraso passará a ser computado como indisponibilidade do item de Apoio Técnico Operacional;
- f) A CONTRATADA deverá informar no momento do agendamento da manutenção o prazo necessário para realização do serviço, seguindo o previsto na última versão do PMA;
- g) O prazo previsto não poderá ser superior ao especificado no PMA;
- h) Quaisquer serviços adicionais necessários, não previstos pelo fabricante como manutenção programada, serão considerados manutenção não programada, devendo, caso seja necessário adiamento da data para entrega da aeronave, a adoção dos IMDs previstos no item 15.17.7.;
- i) Tabela: IMD para Manutenções Programadas:

IMD para Manutenção Programada	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor do item
1. Alteração intempestiva de data para manutenção programada	Por Evento	1% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar vencer CVA ou RCA	Por Evento	10% + glosa por indisponibilidade
2. Cumprimento de prazo de parada até a data acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%
3. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis	15d úteis < DA	12% + glosa por indisponibilidade

**Observação 1: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMDs para esse item ou sub-item.**

#### 15.17.5.2. IMD - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

- a) A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA no item Apoio Técnico Operacional (ATO) será aferida a partir do tempo de disponibilidade mensal para voo, entre o primeiro e último dias do mês, calculado individualmente para cada aeronave.
- b) O índice de indisponibilidade será atualizado diariamente pela equipe de fiscalização e a informação repassada a CONTRATADA ao fim de cada semana somente para efeitos informativos possibilitando a CONTRATADA atuação proativa na adoção de medidas necessárias a garantia dos IMDs previsto neste Termo de Referência.
- c) A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMD estabelecido será sobre o valor total do sub-item apresentado na proposta.
- d) A CONTRATADA deverá zelar para evitar a falta ou prestação de informação incorreta dos meios de acionamento do plantão de ATO, não se limitando a telefone celular, mas também, endereço e telefone fixo ou qualquer outro meio de contato, que impeça ou atrase o acionamento e acarrete em prejuízos ao bom andamento dos serviços.
- e) A inspeção visual pré voo diária prevista neste Termo de Referência deverá ser devidamente documentada e entregue ao fiscal de contrato ou ao plantonista responsável até as 11 horas da manhã **somente nos casos em que a aeronave se encontre apta a operação.**
- f) Durante o período de atendimento aos serviços iniciais de manutenção não haverá pagamento para este item considerando que o serviço já está contemplado nos SERVIÇOS INICIAIS DE MANUTENÇÃO. O valor passará a ser pago imediatamente após a disponibilização da aeronave para voo regular.
- g) A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, no relatório de prestação dos serviços, informações que justifiquem o descumprimento do IMD para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.
- h) Havendo descumprimento do IMD, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.
- i) Não será considerado para o computo do IMD, a quantidade de dias compreendido entre a data de entrega da aeronave no Centro de Serviços e a data prevista de decolagem do Centro de Serviços para o traslado após manutenção programada – incluindo-se ambas as datas – conforme previsão da quantidade de dias prevista em diagonal de manutenção entregue pela Contratada com as datas de manutenção programadas.
- j) Tabela de IMD para Apoio Técnico Operacional (ATO):

<b>IMD – Apoio Técnico Operacional – Média de disponibilidade de cada aeronave superior a 80%</b>	<b>Critério de Medição</b>	<b>% de Glosa sobre o valor do sub-item</b>
1. Não comparecimento do responsável dentro do prazo de 2 horas após acionamento	Por Evento	1% por ocorrência
2. Não comparecimento do responsável dentro do prazo agendado com 24h de antecedência	Por Evento	5% por ocorrência
3. Apresentar-se para o trabalho sem uniforme/macacão, identificação e/ou EPI	Por Evento	5% por ocorrência
4. Ausência de realização de inspeção visual diária devidamente documentada ou atraso na entrega do documento.	Por Evento	0,2% por hora de atraso limitado a 2%
5. Falta ou informação incorreta dos meios de contato dos responsáveis pelo ATO	Por Evento	10% por ocorrência
6. Índice de disponibilidade de cada aeronave	DISP $\geq$ 80%	Aceito
	75% $\leq$ DISP < 80%	5% de glosa no valor do ATO
	70% $\leq$ DISP < 75%	10% de glosa no valor do ATO
	65% $\leq$ DISP < 70%	15% de glosa no valor do ATO
	55% $\leq$ DISP < 65%	25% de glosa no valor do ATO
	DISP < 55%	30% + 1% de glosa no valor do ATO para cada 1% de variação.
8. Indisponibilidade ou atraso superior a 1 hora de técnico de ATO para acompanhar voo	Por Evento	5% por ocorrência

**Observação 1: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMDs para esse item ou sub-item.**

#### 15.17.5.3. **IMD - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM)**

- O Controle Técnico de Manutenção deverá ser prestado conforme estipulado na forma de prestação de serviços contante deste Termo de Referência.
- Em caso de descumprimento de IMDs relativos a CTM em que a causa seja a falta de informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE o período de atraso na prestação das informações será desconsiderado no computo total dos dias desde que devidamente reconhecido pela Equipe de fiscalização.
- Tabela de IMD para Controle Técnico de Manutenção:

<b>IMD – Controle Técnico de Manutenção</b>	<b>Critério de Medição</b>	<b>% de Glosa sobre o valor do sub-item</b>
1. Deixar de enviar relatório mensal de CTM	Por dia de atraso	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%

2. Deixar de atualizar Diário de Bordo conforme TR	Por Evento	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
3. Deixar de fornecer pasta com listagem referente ao controle após inspeção periódica superior a 100h	Após 10 dias da inspeção	1% por dia de atraso
4. Deixar de encaminhar previsão de vencimento de componente no prazo estipulado no TR	100% < Hora ou dia ≤ 50%	2% do valor total do CTM
	50% < Hora ou dia	10% do valor mensal
	Após vencimento	15% do valor mensal
5. Se o vencimento do componente ou tarefa causar indisponibilidade ou perda de Certificado de Aeronavegabilidade, IAM ou D.A.	Por Evento	30% do valor mensal (não cumulativo com o IMD anterior)
6. Dar causa a perda de IAM, D.A. ou Certificado de Aeronavegabilidade	Por Evento	30% por ocorrência
7. deixar de realizar renovação da assinatura Camp System	Por Evento	25% + 1% por dia de atraso na disponibilização da assinatura

**Observação 1: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMDs para esse item ou sub-item.**

**15.17.6. IMD - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO -PROGRAMADAS E SERVIÇOS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO**

15.17.6.1. A forma de prestação de serviço de Serviço Eventual de Manutenção, bem como, Serviços Subcontratados de Manutenção deverá observar os dispostos neste Termo de Referência.

15.17.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar no momento da Reunião Inicial de Fiscalização tabela com a quantidade de Homem Hora necessários a execução dos serviços conforme disponibilidade no portfólio da empresa (encaminhar no mínimo tabela de LDG, Engine, Windshields, preservation), bem como demais serviços subcontratados para os quais já possua o quantitativo de homem hora necessário a sua execução.

15.17.6.3. Em caso de necessidade de realização de serviço eventual de manutenção ou subcontratação de serviço de manutenção a CONTRATADA deverá informar no orçamento a quantidade de homem hora necessário para execução do serviço. Este quantitativo será utilizado para efeitos de pagamento dos serviços, bem como de cálculo do IMD.

15.17.6.4. A tabela de homem hora por serviço a ser apresentada deve ser compatível com a tabela de serviços que deverá ser apresentada pela CONTRATADA no momento da contratação.

15.17.6.5. Caso de realização de serviços eventuais em conjunto com a manutenção programada/ não programada o prazo para execução de ambos os serviços deverá ser somado a fim de facilitar o controle e fiscalização por parte da equipe técnica, o computo acumulativo de prazo não será realizado caso, devidamente justificado, tal procedimento possa causar prejuízos ou atrasos, nesse caso deverá ser acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA o novo prazo total para retorno da aeronave.

15.17.6.6. Em caso de descumprimento de prazo decorrente do item anterior serão aplicadas os IMDs para ambos serviços salvo se o recebimento definitivo do serviço de manutenção programada/não programada já houver sido realizado pela equipe técnica.

15.17.6.7. Tabela de IMD para Serviços Eventuais de Manutenção e Serviços Subcontratados de Manutenção:

IMD para Serviço Eventual de Manutenção e Manutenção Não programada	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor Orçado
1. Deixar de informar a necessidade de realização de serviço eventual até 1 dia após ciência.	Por Evento	3% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar de encaminhar orçamento dentro do prazo estipulado dando causa a indisponibilidade	Por Evento	10% do valor do orçamento
3. Cumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%

4. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis	15d úteis > DA	12% + glosa por indisponibilidade
---	----------------	-----------------------------------

**Observação 1: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMDs para esse item ou sub-item.**

15.17.6.8. Não será considerado no cômputo do prazo de entrega o atraso ocasionado por ausência de peças, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, levando-se em consideração os itens 9.6 e 10.10.11.2. desse Termo de Referência (TR).

15.17.6.9. O não cumprimento do prazo de entrega por parte de empresa subcontratada pela CONTRATADA não servirá de justificativa para os atraso no prazo de devolução da aeronave, exceto se a justificativa apresentada for aceita pela Equipe de fiscalização.

15.17.6.10. **IMD - Assinaturas de Banco de Dados:** (FMS); Cartas Aeronáuticas; Camp System.

a) A forma de prestação de serviço de Assinaturas de Banco de Dados deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

b) Caso a CONTRATADA deixe de realizar renovação das assinaturas e acarrete em indisponibilidade superior a 1 dia será aplicada glosa de 25% + 1% por dia de atraso no valor pago na disponibilização da assinatura.

**15.17.7. IMD - FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS.**

15.17.7.1. A forma de prestação de serviço de Fornecimento de Componentes Aeronáuticos deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

15.17.7.2. Caso a CONTRATADA deixe de fornecer componentes aeronáuticos conforme o item 9.6 será aplicada glosa de 30% + glosa por indisponibilidade

15.17.7.3. Tabela de IMD para FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS.

IMD para Fornecimento de Componentes Aeronáuticos	Critério de Medição	% de Glosa sobre tx de administração
1. Praticar preços diferentes dos preços informados em price list atualizada pela CONTRATADA	Por Evento	50% da taxa administrativa
2. Deixar de apresentar laudo técnico em conjunto com a ADDITIONAL BILLING	Por Evento	50% da taxa administrativa

**Observação 1: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMDs para esse item ou sub-item.**

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar discrepâncias ainda existentes, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo, à entrega das Assinaturas, componentes e execuções de Serviços.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento das Notas Fiscais/Faturas.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX);$

$I = (6 / 100);$

$I = 0,00016438;$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.12. Será considerada extinta a garantia:
- 19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	03
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Possuir registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;

21.3.2. Ter funcionário(s) de cada especialidade abaixo, todos habilitados pela ANAC:

a) Engenheiro aeronáutico, ou um engenheiro mecânico, reconhecido pelo CREA para atuar na função de responsável técnico pela qualidade dos serviços de manutenção;

b) 01 (um) Técnico habilitado em aviônicos (AVI) que tenha frequentado e obtido aprovação em cursos dos sistemas elétrico e de aviônicos da AERONAVE;

c) 02 (dois) Técnicos habilitados em Célula e Grupo Motopropulsor na AERONAVE objeto deste Termo de Referência, que tenham frequentado e obtido aprovação em cursos dos sistemas da AERONAVE.

21.3.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato no momento da assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame: (i) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; (ii) o administrador ou o diretor; (iii) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (iv) o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que tal compromisso não ultrapasse a data determinada para o início da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preço serão:

21.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1;

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, considerando preço de cada item para efeito de proposta.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.7. Até a data e o horário limites para a apresentação dos documentos de habilitação, a serem definidos em Edital, as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação, por meio de inserção em sistema de arquivos digitais:

21.7.1. Documento de homologação pela ANAC para manutenção da AERONAVE, devendo informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções;

21.7.2. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, para o qual tenha executado ou esteja executando serviços compatíveis com o tipo da AERONAVE, ou seja, qualquer modelo existente de AERONAVE de tipo KING AIR B300 (350i) ou KING AIR B200;

21.7.3. Cópia do Certificado de Organização de Manutenção emitido pela ANAC, válido para o tipo da AERONAVE, para execução das tarefas de manutenção previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO da Aeronave; e

21.7.4. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.664.373,50 (dois milhões seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

## 23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. Serão os indicados pela UASG 200334 - COAD/DLOG/PF

## 24. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

24.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

ANEXO I – DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE AVIÕES;

ANEXO III – MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA;

ANEXO V - PLANILHAS PARA FORMAÇÃO DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS; e

ANEXO VI - PLANILHA DE HOMEM/HORA PARA EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS.

## ANEXO I - DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ACIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência relacionada com a operação das AERONAVES, havida entre o período em que uma pessoa nela embarca com intenção de realizar um voo, até o momento que todas as pessoas tenham dela desembarcado, e durante o qual, pelo menos uma das situações seguintes ocorra: (i) qualquer pessoa sofra lesão ou morra como resultado de estar nas AERONAVES, em contato direto com qualquer uma de suas partes, incluindo aquelas que dela tenham se desprendido, ou submetida à exposição direta do sopro da hélice, rotor ou escapamento de jato, ou às suas consequências. Exceção é feita quando as lesões resultem de causas naturais, forem auto ou por terceiros infligidas, ou forem causadas a pessoas que embarcaram clandestinamente e se acomodaram em área que não as destinadas aos passageiros e tripulantes; (ii) as AERONAVES sofram falhas ou dano estrutural que afetem adversamente a resistência estrutural, o seu desempenho ou as suas características de voo; exija a substituição de grandes

componentes ou a realização de grandes reparos no componente afetado. Exceção é feita para falha ou danos limitados ao motor, suas carenagens ou acessórios; ou para danos limitados a hélices, pontas de asa, antenas, pneus, freios, carenagens do trem, amassamentos leves e pequenas perfurações no revestimento das AERONAVES; (iii) as AERONAVES sejam consideradas desaparecidas ou o local onde se encontrem seja absolutamente inacessível.

ADDITIONAL BILLING é o custo adicional cobrado sobre o valor básico do EXCHANGE para compensar o FORNECEDOR nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO for excessivamente oneroso ou antieconômico.

“AERONAVE”: significa a aeronave modelo B300 número de série FL-796, de marca de nacionalidade e matrícula PR-BSI, equipado com 2 (dois).

AIRFRAME significa AERONAVE, excluindo os motores.

ANAC é Agência Nacional de Aviação Civil.

AOG significa Aircraft on Ground, a designação utilizada para indicar que a AERONAVE não está apta a voar até que as manutenções técnicas cabíveis sejam realizadas para mantê-las em operação normal de voo, no estado de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA. Para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, serão consideradas AOG as situações em que a AERONAVE apresentar problemas com Componentes “NO GO” ou “GO IF”.

APOIO OPERACIONAL é o serviço a ser prestado pela CONTRATADA, através de seus REPRESENTANTES, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou em qualquer outro local, desde que previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA.

AUTORIDADE AERONÁUTICA é a Autoridade da Aviação Civil (ANAC ou CTA) no Brasil responsável pela administração da aviação civil.

BOLETIM DE SERVIÇO é o documento emitido pelo fabricante para notificar as modificações recomendadas, substituição de peças, verificações/inspeções especiais, redução dos limites de vida existentes ou estabelecimento inicial de tempo de vida e conversão de um modelo para outro.

CAOP é a Coordenação de Aviação Operacional da DIREX/PF.

CENTRO DE SERVIÇOS é a oficina ou outra instalação física da CONTRATADA, homologada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA, de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, e equipada com todo ferramental necessário, onde serão realizados os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO preventiva e corretiva na AERONAVE e seus COMPONENTES que, por sua natureza, complexidade, necessidade de equipamentos especiais ou ainda por determinação da AUTORIDADE AERONÁUTICA, não puderem ser efetuados pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.

CICLO DE VOO é a sequência completa de uma decolagem e uma aterrissagem de um voo. O processo de arremeter deve ser considerado como um CICLO DE VOO.

COMPONENTE é toda e qualquer peça, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas da AERONAVE e para os quais existe procedimento de reparo economicamente viável. Todo COMPONENTE a ser utilizado neste programa deverá possuir a DOCUMENTAÇÃO aplicável.

COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO é o COMPONENTE, novo ou usado, em condição aeronavegável, pronto para instalação na AERONAVE.

COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO é um COMPONENTE que se tornou sem condição de uso ou que precisa ser retirado da AERONAVE para conserto, revisão ou descarte, dependendo do caso.

CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (AERONAVEGABILIDADE) é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter a AERONAVE em operação normal de voo, exceto se de outra forma especificado neste TERMO DE REFERÊNCIA. A responsabilidade da CONTRATADA em manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE da AERONAVE se restringe à prestação dos SERVIÇOS mencionados neste TERMO DE REFERÊNCIA, de acordo com o escopo dos mesmos.

CONSUMÍVEIS são os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, mas que não sejam componentes controlados de aplicação na aeronave nem óleos lubrificantes, tais como: graxas, spray de limpeza contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros.

CONTRATADA é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção, elaborado com base no presente TERMO DE REFERÊNCIA, observado o devido processo licitatório.

CONTRATANTE é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900;

CONTRATO significa o contrato a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório;

CTM significa Controle Técnico de Manutenção e engloba as atividades descritas neste Termo de Referência;

CUSTOS FIXOS: São as contrapartidas a serem cobradas da CONTRATANTE pela prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO;

DATA LIMITE significa a data limite, a ser definida e informada pela CONTRATADA, para início da execução de um determinado WORKSCOPE na AERONAVE, seja ele em virtude do cumprimento do PLANO DE MANUTENÇÃO da AERONAVE, seja em razão do vencimento de uma tarefa de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou de uma tarefa de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA (prevista no MANUAL DE MANUTENÇÃO da AERONAVE ou conforme instrução do FABRICANTE). Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer manutenção que somente possa ser realizada no CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

DESCARTÁVEIS são os itens que não são passíveis de reparo.

DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (“DA” ou “AD”) é a publicação da AUTORIDADE AERONÁUTICA que notifica os proprietários ou operadores de aeronaves, bem como autoridades de homologação estrangeiras e outras pessoas interessadas, sobre de condições inseguras que existem ou podem se desenvolver em um determinado tipo de aeronave, bem como descreve e impõe as ações corretivas cabíveis para permitir a continuação da operação daquela aeronave.

DIREX é a Diretoria Executiva da PF.

DOCUMENTAÇÃO é todo e qualquer documento exigido pelo Fabricante ou pela Autoridade Aeronáutica para operação e manutenção da Aeronave e/ou Componentes, incluindo etiqueta de utilização de Componentes, formulário SEGV00 003, certificado de conformidade, documentos pertencentes aos sistemas principais das Aeronaves, certificado de aeronavegabilidade, certificado de registro, registro de manutenção incorporados no logbook da Aeronave e seus motores e as etiquetas associadas aos Componentes, indicando a idade da Aeronave e dos Componentes, as FH's e os FCs desde o primeiro voo da Aeronave e/ou Componentes, bem como histórico de dados de tempo decorrido e o histórico de dados ou peças com tempo de reparo atingido, sempre que aplicável.

DOCUMENTAÇÃO DA AERONAVE é todo histórico de manutenção registrado no livro de registro da AERONAVE e dos principais sistemas.

DOU é Diário Oficial da União.

ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE significa a sede da CONTRATANTE localizada no aeroporto internacional de Brasília setor de hangares da aviação geral, lotes 13/14, Brasília, DF, CEP 71608-900.

EVENTOS são os serviços enumerados na Cláusula pertinente, que não integram os SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e poderão ser contratados à parte e prestados diretamente pela CONTRATADA ou por ela subcontratados ou contratados com terceiros pela CONTRATANTE, mediante processo específico.

FABRICANTE significa o fabricante da AERONAVE.

FLIGHT SAFETY é segurança de voo, definida pela OACI como "estado no qual o risco de ferir pessoas ou causar danos em coisas se limita a, ou está mantido em ou abaixo de, um nível aceitável, através de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento de riscos".

FLIGHT SECURITY é a defesa da AERONAVE e seus ocupantes contra atos criminosos perpetrados por qualquer pessoa.

FORNECEDOR é o fabricante ou fornecedor de COMPONENTES aplicáveis aos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA

INCIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência, inclusive de tráfego aéreo, associada à operação da AERONAVE, que não chegue a caracterizar como um acidente, mas que afete ou possa afetar a segurança da operação.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE: O índice de disponibilidade, referente aos dias em que cada aeronave estiver disponível para o voo, é critério usual do mercado aeronáutico, servindo para medir a qualidade dos serviços prestados;

LLP ("Life Limited Parts") é todo COMPONENTE que possui tempo de vida limitado e que deve ser removido no tempo correto ou antes de atingir o tempo especificado.

MANUAL DE MANUTENÇÃO significa o conjunto dos seguintes documentos desenvolvidos pela Fabricante e aprovados pela Autoridade Aeronáutica: (i) o atual Documento de Requerimentos de Manutenção Programada (SMRD) e (ii) o manual da manutenção da Aeronave (AMM) que traz as recomendações de como executar as tarefas de manutenção.

MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA significa a manutenção que não tem intervalos definidos e é realizada para correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE ou em um de seus sistemas ou COMPONENTES, de acordo com o FIM, o MANUAL DE MANUTENÇÃO ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE ou de um de seus sistemas. As atividades de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA a serem realizadas pela CONTRATADA limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção ("COM"). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

MANUTENÇÃO PROGRAMADA significa a manutenção realizada em intervalos definidos para manutenção da AERONAVE segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de COMPONENTES ou itens CONSUMÍVEIS ou DESCARTÁVEIS, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo MANUAL DE MANUTENÇÃO, incluindo, para fins deste TERMO DE REFERÊNCIA, a realização das IAMs.

MEL significa Minimum Equipment List, lista baseada na MMEL e validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE indicando itens e equipamentos que deverão estar operantes para realização de voo sob condições específicas. Para esclarecimento, em caso de divergência entre a MEL e a MMEL, prevalecerá a primeira.

MMEL ("Master Minimum Equipment List") é a Lista Geral de Equipamento Mínimo para as Aeronaves, isto é, é uma lista elaborada pelo próprio fabricante da Aeronave.

OFICINA TERCEIRIZADA significa a oficina aeronáutica, homologada e certificada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para executar serviços que a CONTRATADA possa subcontratar.

OFÍCIO significa o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para circulação com qualquer COMPONENTE que for enviado pela CONTRATANTE à CONTRATADA para SUBSTITUIÇÃO EM GARANTIA.

OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro que ela venha a especificar, responsável pela operação da AERONAVE.

PARTES são a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

PF é a Polícia Federal.

PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE é o plano de manutenção da AERONAVE definido pelo FABRICANTE com as revisões aplicáveis que mencionam as tarefas e intervalos definidos para a manutenção da AERONAVE para se alcançar as CONDIÇÕES DE AERONAVEGABILIDADE.

POR EVENTO é a modalidade de contratação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO descritos no item pertinente deste TERMO DE REFERÊNCIA, podendo ser contratados à parte e prestados diretamente pela CONTRATADA ou por empresa por ela subcontratada

RBAC é Regulamento Brasileiro de A viação Civil;

RBHA é Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica;

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO são as inspeções, pesquisa de pane, revisão, reparo, os trabalhos gerais de manutenção que devem ser providenciados pela CONTRATADA para a CONTRATANTE na AERONAVE e em seus COMPONENTES, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO compreendem serviços relacionados aos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO.

SUBCONTRATAÇÃO é a contratação de outras pessoas ou empresas pela CONTRATADA para atendimento a pontos específicos deste TERMO DE REFERÊNCIA, dentro dos limites estabelecidos pela CONTRATANTE.

TBO ("Time Between Overhaul") é o número de HORAS DE VOO que podem ser realizadas por um componente entre cada revisão geral de manutenção.

TSN ("Time Since New") é o número de HORAS DE VOO de um componente, acumuladas desde a sua fabricação.

TSO ("Time Since Overhauled") é o número de HORAS DE VOO de um componente desde a sua última revisão geral de manutenção.

VISTORIA PRÉVIA significa a vistoria da AERONAVE a ser realizada pelas empresas interessadas em participar do certame licitatório para verificação do estado da AERONAVE antes da entrega de suas propostas de preço.

WORKSCOPE significa escopo de trabalho, que é a relação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO apontados pela CONTRATADA como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA. A CONTRATADA deverá sempre informar a CONTRATANTE com antecedência a DATA LIMITE para início de um WORKSCOPE, sendo a CONTRATANTE responsável, sob pena da AERONAVE ficarem não aeronavegáveis, pelo traslado da AERONAVE até o CENTRO de SERVIÇO ou disponibilização da mesma aos técnicos do APOIO OPERACIONAL da CONTRATANTE até tal DATA LIMITE.

## ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA PARA A MANUTENÇÃO DA AERONAVE KING AIR B300 (350i)

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	1	MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	870	252,33	219.527,10
	2	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL				
	3	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO				
	4	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	200	252,33	50.466,00
	5	SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	EA	615.150	1,00	615.150,00 ***
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 5)	POR EVENTO	90.000	1,00	90.000,00 **
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES ESTRANGEIROS (REFERENTE AO ITEM 5)	POR EVENTO	165.150	1,00	165.150,00 **
	8	FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS	EA	666.650	1,00	666.650,00 ***
	9	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 8)	POR EVENTO	116.500	1,00	116.500,00 **
	10	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS (REFERENTE AO ITEM 8)	POR EVENTO	166.650	1,00	166.650,00 **
	11	RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM	POR VIAGEM	55080	1,00	55.080,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>2.664.373,50</b>

**ANEXO III - MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN/CAOP/DIREX/PF**

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL	
Nº NN/ANO	DATA: DD/MM/AAA
AERONAVE	
( ) PR-DPF	( ) PR-PFN
CONTRATO Nº XX/201X - COAD/DLOG/PF	
EMPRESA CONTRATADA:	
TIPO DE SERVIÇO	
LOCAL:	DATA PREVISTA:
<input type="checkbox"/> INSPEÇÃO <input type="checkbox"/> MANUTENÇÃO CORRETIVA <input type="checkbox"/> FORNECIMENTO DE COMPONENTE <input type="checkbox"/> REVISÃO DE COMPONENTE <input type="checkbox"/> PEDIDO DE ORÇAMENTO MATERIAL/SERVIÇO <input type="checkbox"/> OUTROS	

<p>Serviço de Manutenção</p>	
RECEBIDO POR:	DATA:

#### ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro para os devidos fins de apresentação de documentos de habilitação relativos ao Pregão nº \_\_\_\_/201\_\_ COAD/DLOG/PF, que a Empresa \_\_\_\_\_ vistoriou a aeronave objeto do Termo de Referência, bem como seus documentos de registro e que na ocasião foram sanadas todas as dúvidas de ordem técnica.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Chefe do SMAN/CAOP/DIREX/PF

#### ANEXO V - MODELO DE PLANILHA PARA CONFECÇÃO DE TAXA ADMINISTRATIVAS

Deverão ser preenchidas no momento de apresentação das propostas quatro planilhas de TAXAS ADMINISTRATIVAS:

- a) TAXA ADMINISTRATIVA para Serviços Subcontratados nacional;
- b) TAXAS ADMINISTRATIVA para Serviços subcontratados no exterior;
- c) TAXA ADMINISTRATIVA para fornecimento de componente, consumíveis e descartáveis nacionais; e
- d) TAXA ADMINISTRATIVA para fornecimento de componente, consumíveis e descartáveis internacionais.

OBS: As licitantes poderão incluir linhas adicionais nas planilhas caso entendam necessárias

TX ADM - SERVIÇOS SUBCONTRATADOS NACIONAIS	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL

Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - SERVIÇOS SUBCONTRATADOS NO EXTERIOR	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - FORNECIMENTO DE COMPONENTES NACIONAIS	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Administração Central	
Despesas Financeiras	
Seguros, Riscos e Garantias	
<i>Seguros</i>	
<i>Riscos</i>	
<i>Garantias</i>	
<i>etc</i>	
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - FORNECIMENTO DE COMPONENTES INTERNACIONAIS	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Administração Central	
Despesas Financeiras	
Seguros, Riscos e Garantias	
<i>Seguros</i>	
<i>Riscos</i>	
<i>Garantias</i>	
<i>etc</i>	
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

## ANEXO VI - PLANILHA DE HOMEM/HORA PARA EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

PHASE 01	3
PHASE 02	1
PHASE 03	1
PHASE 04	1
CVA – 01 certificado de verificação anual (antiga IAM)	1
KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E BOLSA DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	1
LUBRIFICAÇÃO 200 HRS	3
LUBRIFICAÇÃO 400 HRS	1
LUBRIFICAÇÃO 800 HRS/24 MESES	1
LUBRIFICAÇÃO 12/24 MESES	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 01	3
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 02	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 03	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 04	1
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 100 HORAS/ 12 MESES	6
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 400 HRS INSPEÇÃO	1
CONTROL LOCK - Ref. King Air Chapter 20 Standard Practices - Airframe Maintenance Manual, 090, Table 201, 20-14-00, 201) – 12 meses	1
CABIN ALTITUDE WARNING SYSTEM - PRESSURE SWITCH CHECK procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 21-30-11, 501) - 12 meses	1
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON OPERATIONAL TEST procedure (Ref. 23-70-17, 501 or 23-70-11, 501). 24 meses	1
STATIC DISCHARGERS (WICKS) INSPECTION procedure (Ref. 23-60-00, 601). 12 meses	1
MAIN BATTERY, EMERGENCY CAPACITY TEST - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY CHECK - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY TEST - 12 MESES	1
PORTABLE FIRE EXTINGUISHER INSPECTION (Ref. 26-21-00, 601). – 12 meses	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE LH/RH (TESTE HIDROSTÁTICO) - 60 MESES	1
NOSE GEAR ACTUATOR CLEVIS INSPECTION procedure (Ref.32-30-11, 601). 1000 ciclos	1
MAIN GEAR ACTUATOR CLEVIS/BOLT/LOCK TAG INSPECTION Procedure (Ref. 32-30-05, 601). 1000 ciclos	1
EMERGENCY EXIT SIGNS (SELF-ILLUMINATING) – 12 meses	1
PITOT AND STATIC SYSTEM - As required by CFAR 91.411 - (Ref. 34-10-01, 501 and 34-10-05, 501). 24 meses	1
ENCODING ALTIMETER – 24 meses	1
AIR DATA COMPUTER - ADC-3000 – 24 meses	1
TRANSPONDER – 24 meses	1
ESIS - (STANDBY AIR DATA SYSTEM) - GH-3100 – 24 meses	1
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM PERIODIC CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 03 meses	4
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM CAPACITY CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 12 meses	1
OXYGEN SYSTEM BAROMETRIC PRESSURE SWITCH CHECK - procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 35-20-07,501). 12 meses	1
CREW MASK INSPECTION PROCEDURE (Ref. 35-10-01, 601). 12 meses	1
PASSENGER MASKS (Ref. 35-20-05, 601). 12 meses	1
INSTRUMENT AIR FILTER (Ref. 37-10-03, 201) – 800 horas	1
WINDSHIELD SCREWS - IN 200 H / REP 800 H (INSPEÇÃO)	1
HORIZONTAL AND VERTICAL STABILIZER INSPECTION 12 meses	1
WING CENTER SECTION UPPER SURFACE BONDED PANEL SKIN - Inspect bonded panel (Ref. 51-00-00, 601). 600 horas ou 18 meses	1
NACELLE SPLICE PLATES - Inspect the splice plates for condition and corrosion. (Ref. 57-18-03, 201) 12 meses	1
OUTBOARD WING PANEL UPPER AND LOWER FORWARD (MAIN) spar caps – Inspeção visual - 12 meses	1
OIL SYSTEM. WITH MAGNETIC CHIP DETECTOR (Ref. 79-20-02) - 400 horas	1
PNEUMATIC SYSTEM. CLEAN THE FILTER (Ref. 73-10-07) 200 horas	3
PNEUMATIC SYSTEM. FOR POST-SB13175: CLEAN AND EXAMINE P3 FILTER (Ref. 73-10-07) - 200 horas	3
ENGINE LH/RH. MINOR – 200 horas	3
CHECK THE AGB INTERNAL SCAVENGE PUMP INLET SCREEN (Ref. Chap. 72-60-00) - 200 horas ou 06 meses	3
FUEL SYSTEM. CHECK INLET SCREEN (Ref. 73-10-02, Inspection/Check). 600 horas	1
OIL SYSTEM. BRIDGE CHIP DETECTOR(S) (Ref. 79-20-02, Inspection/Check). 600 horas ou 12 meses	1
HOT SECTION - Examine with borescope (Ref. Paras. 9.F.G. & H.) - 400 horas	2
FUEL SYSTEM. LEAK TEST AND FUNCTION TEST FUEL MANIFOLD ADAPTER AND NOZZLE ASSEMBLIES (Ref. 73-10-05) Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION EXCITER FOR INSTALLATION AND CONDITION (Ref. 74-10-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION CABLES FOR CHAFING, WEAR AND INSTALLATION (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK SPARK IGNITERS (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
HOT SECTION INSPECTION ENGINE LH/RH - 1.800 horas	1
PROPELLER (LUBRIFICAÇÃO). 06/12 meses e/ou 200/400 horas	3

PROJEÇÃO 600 HORAS REFERENTE AO 2º ANO TOTALIZANDO 2.397,02 HORAS TOTAIS	EVENTOS
PHASE 01	2
PHASE 02	2
PHASE 03	1
PHASE 04	1
CVA – 01 certificado de verificação anual (antiga IAM)	1
KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E BOLSA DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	1
LUBRIFICAÇÃO 200 HRS	2
LUBRIFICAÇÃO 400 HRS	1
LUBRIFICAÇÃO 800 HRS/24 MESES	1
LUBRIFICAÇÃO 12/24 MESES	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 01	2
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 02	2
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 03	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 04	1
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 100 HORAS/ 12 MESES	6
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 400 HRS INSPEÇÃO	1
CONTROL LOCK - Ref. King Air Chapter 20 Standard Practices - Airframe Maintenance Manual, 090, Table 201, 20-14-00, 201) – 12 meses	1
CABIN ALTITUDE WARNING SYSTEM - PRESSURE SWITCH CHECK procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 21-30-11, 501) - 12 meses	1
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON OPERATIONAL TEST procedure (Ref. 23-70-17, 501 or 23-70-11, 501). 24 meses	0
STATIC DISCHARGERS (WICKS) INSPECTION procedure (Ref. 23-60-00, 601). 12 meses	1
MAIN BATTERY, EMERGENCY CAPACITY TEST - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY CHECK - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY TEST - 12 MESES	1
PORTABLE FIRE EXTINGUISHER INSPECTION (Ref. 26-21-00, 601). – 12 meses	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE LH/RH (TESTE HIDROSTÁTICO) - 60 MESES	1
NOSE GEAR ACTUATOR CLEVIS INSPECTION procedure (Ref.32-30-11, 601). 1000 ciclos	0
MAIN GEAR ACTUATOR CLEVIS/BOLT/LOCK TAG INSPECTION Procedure (Ref. 32-30-05, 601). 1000 ciclos	0
EMERGENCY EXIT SIGNS (SELF-ILLUMINATING) – 12 meses	1
PITOT AND STATIC SYSTEM - As required by CFAR 91.411 - (Ref. 34-10-01, 501 and 34-10-05, 501). 24 meses	1
ENCODING ALTIMETER – 24 meses	0
AIR DATA COMPUTER - ADC-3000 – 24 meses	0
TRANSPONDER – 24 meses	0
ESIS - (STANDBY AIR DATA SYSTEM) - GH-3100 – 24 meses	1
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM PERIODIC CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 03 meses	4
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM CAPACITY CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 12 meses	1
OXYGEN SYSTEM BAROMETRIC PRESSURE SWITCH CHECK - procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 35-20-07,501). 12 meses	1
CREW MASK INSPECTION PROCEDURE (Ref. 35-10-01, 601). 12 meses	1
PASSENGER MASKS (Ref. 35-20-05, 601). 12 meses	1
INSTRUMENT AIR FILTER (Ref. 37-10-03, 201) – 800 horas	1
WINDSHIELD SCREWS - IN 200 H / REP 800 H (INSPEÇÃO)	1
HORIZONTAL AND VERTICAL STABILIZER INSPECTION 12 meses	1
WING CENTER SECTION UPPER SURFACE BONDED PANEL SKIN - Inspect bonded panel (Ref. 51-00-00, 601). 600 horas ou 18 meses	1
NACELLE SPLICE PLATES - Inspect the splice plates for condition and corrosion. (Ref. 57-18-03, 201) 12 meses	1
OUTBOARD WING PANEL UPPER AND LOWER FORWARD (MAIN) spar caps – Inspeção visual - 12 meses	1
OIL SYSTEM. WITH MAGNETIC CHIP DETECTOR (Ref. 79-20-02) - 400 horas	1
PNEUMATIC SYSTEM. CLEAN THE FILTER (Ref. 73-10-07) 200 horas	3
PNEUMATIC SYSTEM. FOR POST-SB13175: CLEAN AND EXAMINE P3 FILTER (Ref. 73-10-07) - 200 horas	3
ENGINE LH/RH. MINOR – 200 horas	3
CHECK THE AGB INTERNAL SCAVENGE PUMP INLET SCREEN (Ref. Chap. 72-60-00) - 200 horas ou 06 meses	3
FUEL SYSTEM. CHECK INLET SCREEN (Ref. 73-10-02, Inspection/Check). 600 horas	1
OIL SYSTEM. BRIDGE CHIP DETECTOR(S) (Ref. 79-20-02, Inspection/Check). 600 horas ou 12 meses	1
HOT SECTION - Examine with borescope (Ref. Paras. 9.F.G. & H.) - 400 horas	2
FUEL SYSTEM. LEAK TEST AND FUNCTION TEST FUEL MANIFOLD ADAPTER AND NOZZLE ASSEMBLIES (Ref. 73-10-05) Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION EXCITER FOR INSTALLATION AND CONDITION (Ref. 74-10-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION CABLES FOR CHAFING, WEAR AND INSTALLATION (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK SPARK IGNITERS (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
HOT SECTION INSPECTION ENGINE LH/RH - 1.800 horas	0
PROPELLER (LUBRIFICAÇÃO). 06/12 meses e/ou 200/400 horas	3
NACELLE AND AUX FUEL CELLS/PROBES (REF. 28-40-01, 401 AND 28-40-03, 401); (REF. 12-10-01, 301); (REF. KING AIR CHAPTER 20 STANDARD PRACTICES - AIRFRAME, CHAPTER 20-15-00, TABLE 202, 02-005) TO THE COVER	1

FLANGES AND MOUNT BOLTS. 2400 HOURS OR 30 MONTHS INITIAL /2400 HOURS OR 30 MONTHS RECURRING.	
WINDOW DEFOG AIR FILTERS (IF INSTALLED) - 800 HRS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LANDING GEAR BRAKE HOSES. 5 ANOS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LANDING GEAR RETRACTION AND EXTENSION TEFLON HYDRAULIC HOSES. 10 ANOS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LOWER FORWARD MAIN SPAR FITTING. 5 ANOS (INSP. VISUAL)	1
FLAT SURFACES, DEPRESSIONS, COUNTERBORES AND BOLT BORES AT THE UPPER FORWARD, UPPER AND LOWER AFT WING ATTACH POINTS. 5 ANOS (MAGNIFIED VISUAL AND EDDY CURRENT AS SPECIFIED)	1
WING BOLTS AT THE UPPER FORWARD, UPPER AND LOWER AFT WING ATTACH POINTS. 5 ANOS (MAGNIFIED VISUAL AND FLUORESCENT LIQUID PENETRANT AS SPECIFIED)	1
WING ATTACHMENT BOLTS. 05 ANOS. INSPECT THE EIGHT BOLTS	1
STARTER GENERATOR – REVISÃO GERAL. 1000 HORAS (REMOÇÃO, INSTALAÇÃO)	1
FLAMMABLE - LIQUID - CARRYING HOSES (ENGINE COMPARTMENT). 5 ANOS	1
PROPELLER OVERHAUL (4 BLADES 3000 HRS/ 60 MESES (REVISAO GERAL) (REMOÇÃO, INSTALAÇÃO E BALANCEAMENTO) OVERHAUL TERCEIROS	1

PROJEÇÃO 600 HORAS REFERENTE AO 3º ANO TOTALIZANDO 2.997,02 HORAS TOTAIS	EVENTOS
PHASE 01	3
PHASE 02	1
PHASE 03	1
PHASE 04	1
CVA – 01 certificado de verificação anual (antiga IAM)	1
KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E BOLSA DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	1
LUBRIFICAÇÃO 200 HRS	3
LUBRIFICAÇÃO 400 HRS	1
LUBRIFICAÇÃO 800 HRS/24 MESES	1
LUBRIFICAÇÃO 12/24 MESES	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 01	3
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 02	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 03	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 04	1
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 100 HORAS/ 12 MESES	6
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 400 HRS INSPEÇÃO	1
CONTROL LOCK - Ref. King Air Chapter 20 Standard Practices - Airframe Maintenance Manual, 090, Table 201, 20-14-00, 201) – 12 meses	1
CABIN ALTITUDE WARNING SYSTEM - PRESSURE SWITCH CHECK procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 21-30-11, 501) - 12 meses	1
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON OPERATIONAL TEST procedure (Ref. 23-70-17, 501 or 23-70-11, 501). 24 meses	1
STATIC DISCHARGERS (WICKS) INSPECTION procedure (Ref. 23-60-00, 601). 12 meses	1
MAIN BATTERY, EMERGENCY CAPACITY TEST - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY CHECK - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY TEST - 12 MESES	1
PORTABLE FIRE EXTINGUISHER INSPECTION (Ref. 26-21-00, 601). – 12 meses	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE LH/RH (TESTE HIDROSTÁTICO) - 60 MESES	1
NOSE GEAR ACTUATOR CLEVIS INSPECTION procedure (Ref.32-30-11, 601). 1000 ciclos	1
MAIN GEAR ACTUATOR CLEVIS/BOLT/LOCK TAG INSPECTION Procedure (Ref. 32-30-05, 601). 1000 ciclos	1
EMERGENCY EXIT SIGNS (SELF-ILLUMINATING) – 12 meses	1
PITOT AND STATIC SYSTEM - As required by CFAR 91.411 - (Ref. 34-10-01, 501 and 34-10-05, 501). 24 meses	1
ENCODING ALTIMETER – 24 meses	1
AIR DATA COMPUTER - ADC-3000 – 24 meses	1
TRANSPONDER – 24 meses	1
ESIS - (STANDBY AIR DATA SYSTEM) - GH-3100 – 24 meses	1
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM PERIODIC CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 03 meses	4
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM CAPACITY CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 12 meses	1
OXYGEN SYSTEM BAROMETRIC PRESSURE SWITCH CHECK - procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 35-20-07,501). 12 meses	1
CREW MASK INSPECTION PROCEDURE (Ref. 35-10-01, 601). 12 meses	1
PASSENGER MASKS (Ref. 35-20-05, 601). 12 meses	1
INSTRUMENT AIR FILTER (Ref. 37-10-03, 201) – 800 horas	1
WINDSHIELD SCREWS - IN 200 H / REP 800 H (INSPEÇÃO)	1
HORIZONTAL AND VERTICAL STABILIZER INSPECTION 12 meses	1
WING CENTER SECTION UPPER SURFACE BONDED PANEL SKIN - Inspect bonded panel (Ref. 51-00-00, 601). 600 horas ou 18 meses	1
NACELLE SPLICE PLATES - Inspect the splice plates for condition and corrosion. (Ref. 57-18-03, 201) 12 meses	1
OUTBOARD WING PANEL UPPER AND LOWER FORWARD (MAIN) spar caps – Inspeção visual - 12 meses	1
OIL SYSTEM. WITH MAGNETIC CHIP DETECTOR (Ref. 79-20-02) - 400 horas	1

PNEUMATIC SYSTEM. CLEAN THE FILTER (Ref. 73-10-07) 200 horas	3
PNEUMATIC SYSTEM. FOR POST-SB13175: CLEAN AND EXAMINE P3 FILTER (Ref. 73-10-07) - 200 horas	3
ENGINE LH/RH. MINOR – 200 horas	3
CHECK THE AGB INTERNAL SCAVENGE PUMP INLET SCREEN (Ref. Chap. 72-60-00) - 200 horas ou 06 meses	3
FUEL SYSTEM. CHECK INLET SCREEN (Ref. 73-10-02, Inspection/Check). 600 horas	1
OIL SYSTEM. BRIDGE CHIP DETECTOR(S) (Ref. 79-20-02, Inspection/Check). 600 horas ou 12 meses	1
HOT SECTION - Examine with borescope (Ref. Paras. 9.F.G. & H.) - 400 horas	2
FUEL SYSTEM. LEAK TEST AND FUNCTION TEST FUEL MANIFOLD ADAPTER AND NOZZLE ASSEMBLIES (Ref. 73-10-05) Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION EXCITER FOR INSTALLATION AND CONDITION (Ref. 74-10-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION CABLES FOR CHAFING, WEAR AND INSTALLATION (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK SPARK IGNITERS (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
HOT SECTION INSPECTION ENGINE LH/RH - 1.800 horas	0
PROPELLER (LUBRIFICAÇÃO). 06/12 meses e/ou 200/400 horas	3

PROJEÇÃO 600 HORAS REFERENTE AO 4º ANO TOTALIZANDO 3.597,02 HORAS TOTAIS	EVENTOS
PHASE 01	2
PHASE 02	2
PHASE 03	1
PHASE 04	1
CVA – 01 certificado de verificação anual (antiga IAM)	1
KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E BOLSA DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	1
LUBRIFICAÇÃO 200 HRS	2
LUBRIFICAÇÃO 400 HRS	1
LUBRIFICAÇÃO 800 HRS/24 MESES	1
LUBRIFICAÇÃO 12/24 MESES	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 01	2
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 02	2
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 03	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 04	1
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 100 HORAS/ 12 MESES	6
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 400 HRS INSPEÇÃO	1
CONTROL LOCK - Ref. King Air Chapter 20 Standard Practices - Airframe Maintenance Manual, 090, Table 201, 20-14-00, 201) – 12 meses	1
CABIN ALTITUDE WARNING SYSTEM - PRESSURE SWITCH CHECK procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 21-30-11, 501) - 12 meses	1
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON OPERATIONAL TEST procedure (Ref. 23-70-17, 501 or 23-70-11, 501). 24 meses	0
STATIC DISCHARGERS (WICKS) INSPECTION procedure (Ref. 23-60-00, 601). 12 meses	1
MAIN BATTERY, EMERGENCY CAPACITY TEST - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY CHECK - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY TEST - 12 MESES	1
PORTABLE FIRE EXTINGUISHER INSPECTION (Ref. 26-21-00, 601). – 12 meses	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE LH/RH (TESTE HIDROSTÁTICO) - 60 MESES	1
NOSE GEAR ACTUATOR CLEVIS INSPECTION procedure (Ref.32-30-11, 601). 1000 ciclos	0
MAIN GEAR ACTUATOR CLEVIS/BOLT/LOCK TAG INSPECTION Procedure (Ref. 32-30-05, 601). 1000 ciclos	0
EMERGENCY EXIT SIGNS (SELF-ILLUMINATING) – 12 meses	1
PITOT AND STATIC SYSTEM - As required by CFAR 91.411 - (Ref. 34-10-01, 501 and 34-10-05, 501). 24 meses	1
ENCODING ALTIMETER – 24 meses	0
AIR DATA COMPUTER - ADC-3000 – 24 meses	0
TRANSPONDER – 24 meses	0
ESIS - (STANDBY AIR DATA SYSTEM) - GH-3100 – 24 meses	0
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM PERIODIC CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 03 meses	4
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM CAPACITY CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 12 meses	1
OXYGEN SYSTEM BAROMETRIC PRESSURE SWITCH CHECK - procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 35-20-07,501). 12 meses	1
CREW MASK INSPECTION PROCEDURE (Ref. 35-10-01, 601). 12 meses	1
PASSENGER MASKS (Ref. 35-20-05, 601). 12 meses	1
INSTRUMENT AIR FILTER (Ref. 37-10-03, 201) – 800 horas	1
WINDSHIELD SCREWS - IN 200 H / REP 800 H (INSPEÇÃO)	1
HORIZONTAL AND VERTICAL STABILIZER INSPECTION 12 meses	1
WING CENTER SECTION UPPER SURFACE BONDED PANEL SKIN - Inspect bonded panel (Ref. 51-00-00, 601). 600 horas ou 18 meses	1
NACELLE SPLICE PLATES - Inspect the splice plates for condition and corrosion. (Ref. 57-18-03, 201) 12 meses	1
OUTBOARD WING PANEL UPPER AND LOWER FORWARD (MAIN) spar caps – Inspeção visual - 12 meses	1

OIL SYSTEM. WITH MAGNETIC CHIP DETECTOR (Ref. 79-20-02) - 400 horas	1
PNEUMATIC SYSTEM. CLEAN THE FILTER (Ref. 73-10-07) 200 horas	3
PNEUMATIC SYSTEM. FOR POST-SB13175: CLEAN AND EXAMINE P3 FILTER (Ref. 73-10-07) - 200 horas	3
ENGINE LH/RH. MINOR – 200 horas	3
CHECK THE AGB INTERNAL SCAVENGE PUMP INLET SCREEN (Ref. Chap. 72-60-00) - 200 horas ou 06 meses	3
FUEL SYSTEM. CHECK INLET SCREEN (Ref. 73-10-02, Inspection/Check). 600 horas	1
OIL SYSTEM. BRIDGE CHIP DETECTOR(S) (Ref. 79-20-02, Inspection/Check). 600 horas ou 12 meses	1
HOT SECTION - Examine with borescope (Ref. Paras. 9.F.G. & H.) - 400 horas	2
FUEL SYSTEM. LEAK TEST AND FUNCTION TEST FUEL MANIFOLD ADAPTER AND NOZZLE ASSEMBLIES (Ref. 73-10-05) Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION EXCITER FOR INSTALLATION AND CONDITION (Ref. 74-10-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION CABLES FOR CHAFING, WEAR AND INSTALLATION (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK SPARK IGNITERS (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
HOT SECTION INSPECTION ENGINE LH/RH - 1.800 horas	0
PROPELLER (LUBRIFICAÇÃO). 06/12 meses e/ou 200/400 horas	3
NACELLE AND AUX FUEL CELLS/PROBES (REF. 28-40-01, 401 AND 28-40-03, 401); (REF. 12-10-01, 301); (REF. KING AIR CHAPTER 20 STANDARD PRACTICES - AIRFRAME, CHAPTER 20-15-00, TABLE 202, 02-005) TO THE COVER FLANGES AND MOUNT BOLTS. 2400 HOURS OR 30 MONTHS INITIAL /2400 HOURS OR 30 MONTHS RECURRING.	1
WINDOW DEFOG AIR FILTERS (IF INSTALLED) - 800 HRS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LANDING GEAR BRAKE HOSES. 5 ANOS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LANDING GEAR RETRACTION AND EXTENSION TEFLON HYDRAULIC HOSES. 10 ANOS (SUBSTITUIÇÃO)	1
LOWER FORWARD MAIN SPAR FITTING. 5 ANOS (INSP. VISUAL)	1
FLAT SURFACES, DEPRESSIONS, COUNTERBORES AND BOLT BORES AT THE UPPER FORWARD, UPPER AND LOWER AFT WING ATTACH POINTS. 5 ANOS (MAGNIFIED VISUAL AND EDDY CURRENT AS SPECIFIED)	1
WING BOLTS AT THE UPPER FORWARD, UPPER AND LOWER AFT WING ATTACH POINTS. 5 ANOS (MAGNIFIED VISUAL AND FLUORESCENT LIQUID PENETRANT AS SPECIFIED)	1
WING ATTACHMENT BOLTS. 05 ANOS. INSPECT THE EIGHT BOLTS	1
STARTER GENERATOR – REVISÃO GERAL. 1000 HORAS (REMOÇÃO, INSTALAÇÃO)	1
FLAMMABLE - LIQUID - CARRYING HOSES (ENGINE COMPARTMENT). 5 ANOS	1
PROPELLER OVERHAUL (4 BLADES 3000 HRS/ 60 MESES (REVISAO GERAL) (REMOÇÃO, INSTALAÇÃO E BALANCEAMENTO) OVERHAUL TERCEIROS	0
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON – 06 anos – substituição bateria	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER CARTRIDGE (SQUIB). 06 anos – substituição	1
NOSE GEAR AXLE ASSEMBLY and TORQUE KNEES - Inspect for cracks wear and interior and exterior corrosion (Disassembly required). 06 anos	1
NOSE GEAR DRAG BRACE ASSEMBLY- Inspect for cracks, wear and interior and exterior corrosion. (Disassembly required). 06 anos	
NOSE GEAR SHOCK ABSORBER ASSEMBLY- Inspect for cracks, wear and interior and exterior corrosion. (Disassembly required). 06 anos	
NOSE/ MAIN LANDING GEAR TRUNNION BOLT HOLES AND DRAG BRACE ATTACH HOLES - Inspect for cracks, corrosion, damage, and elongation of holes. 06 anos	
MAIN GEAR AXLE ASSEMBLY and TORQUE KNEES - Inspect for cracks, wear and interior and exterior corrosion. (Disassembly required). 06 anos	1
MAIN GEAR DRAG BRACE ASSEMBLY- Inspect for cracks, wear and interior and exterior corrosion (Disassembly required). 06 anos	
MAIN GEAR SHOCK ABSORBER ASSEMBLY- Inspect for cracks, wear and interior and exterior corrosion (Disassembly required) 06 anos	
MOTORES (MÃO DE OBRA DA CONTRATADA - REMOÇÃO E MONTAGEM ETC)	1
ENGINE VIBRATION ISOLATOR MOUNT ASSEMBLIES – SUBSTITUIÇÃO – 4000 HORAS OU OVERHAUL MOTOR (MÃO DE OBRA DA CONTRATADA)	
ENGINE OVERHAUL. 3600 HORAS.	
OIL TO FUEL HEATER OVERHAUL. 3600 HORAS	
FUEL PUMP OVERHAUL. 3600 HORAS	
FLOW DIVIDER OVERHAUL. 3600 HORAS	
COMPRESSOR BLEED VALVE. OVERHAUL. 3600 HORAS	
STARTING CONTROL. OVERHAUL. 3600 HORAS	
FCU. OVERHAUL. 3600 HORAS	
IGNITION EXCITER. OVERHAUL. 3600 HORAS	

PROJEÇÃO 600 HORAS REFERENTE AO 5º ANO TOTALIZANDO 4.197,02 HORAS TOTAIS	EVENTOS
PHASE 01	3
PHASE 02	1
PHASE 03	1
PHASE 04	1

CVA – 01 certificado de verificação anual (antiga IAM)	1
KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E BOLSA DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	1
LUBRIFICAÇÃO 200 HRS	3
LUBRIFICAÇÃO 400 HRS	1
LUBRIFICAÇÃO 800 HRS/24 MESES	1
LUBRIFICAÇÃO 12/24 MESES	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 01	3
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 02	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 03	1
RAISBECK ENGINEERING SYSTEM PHASE 04	1
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 100 HORAS/ 12 MESES	6
STRETCHER AND RESTRAINT SYSTEMS 400 HRS INSPEÇÃO	1
CONTROL LOCK - Ref. King Air Chapter 20 Standard Practices - Airframe Maintenance Manual, 090, Table 201, 20-14-00, 201) – 12 meses	1
CABIN ALTITUDE WARNING SYSTEM - PRESSURE SWITCH CHECK procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 21-30-11, 501) - 12 meses	1
COCKPIT VOICE RECORDER BEACON OPERATIONAL TEST procedure (Ref. 23-70-17, 501 or 23-70-11, 501). 24 meses	1
STATIC DISCHARGERS (WICKS) INSPECTION procedure (Ref. 23-60-00, 601). 12 meses	1
MAIN BATTERY, EMERGENCY CAPACITY TEST - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY CHECK - 06 MESES	2
STANDBY POWER SUPPLY BATTERY - CAPACITY TEST - 12 MESES	1
PORTABLE FIRE EXTINGUISHER INSPECTION (Ref. 26-21-00, 601). – 12 meses	1
ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE LH/RH (TESTE HIDROSTÁTICO) - 60 MESES	1
NOSE GEAR ACTUATOR CLEVIS INSPECTION procedure (Ref.32-30-11, 601). 1000 ciclos	1
MAIN GEAR ACTUATOR CLEVIS/BOLT/LOCK TAG INSPECTION Procedure (Ref. 32-30-05, 601). 1000 ciclos	1
EMERGENCY EXIT SIGNS (SELF-ILLUMINATING) – 12 meses	1
PITOT AND STATIC SYSTEM - As required by CFAR 91.411 - (Ref. 34-10-01, 501 and 34-10-05, 501). 24 meses	1
ENCODING ALTIMETER – 24 meses	1
AIR DATA COMPUTER - ADC-3000 – 24 meses	1
TRANSPONDER – 24 meses	1
ESIS - (STANDBY AIR DATA SYSTEM) - GH-3100 – 24 meses	1
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM PERIODIC CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 03 meses	4
ESIS BATTERY(PS-835D) - PRO LINE 21 SPECIAL ITEM CAPACITY CHECK (Ref. 34-23-05, 501). 12 meses	1
OXYGEN SYSTEM BAROMETRIC PRESSURE SWITCH CHECK - procedure (Method 1,2 or 3) (Ref. 35-20-07,501). 12 meses	1
CREW MASK INSPECTION PROCEDURE (Ref. 35-10-01, 601). 12 meses	1
PASSENGER MASKS (Ref. 35-20-05, 601). 12 meses	1
INSTRUMENT AIR FILTER (Ref. 37-10-03, 201) – 800 horas	1
WINDSHIELD SCREWS - IN 200 H / REP 800 H (INSPEÇÃO)	1
HORIZONTAL AND VERTICAL STABILIZER INSPECTION 12 meses	1
WING CENTER SECTION UPPER SURFACE BONDED PANEL SKIN - Inspect bonded panel (Ref. 51-00-00, 601). 600 horas ou 18 meses	1
NACELLE SPLICE PLATES - Inspect the splice plates for condition and corrosion. (Ref. 57-18-03, 201) 12 meses	1
OUTBOARD WING PANEL UPPER AND LOWER FORWARD (MAIN) spar caps – Inspeção visual - 12 meses	1
OIL SYSTEM. WITH MAGNETIC CHIP DETECTOR (Ref. 79-20-02) - 400 horas	1
PNEUMATIC SYSTEM. CLEAN THE FILTER (Ref. 73-10-07) 200 horas	3
PNEUMATIC SYSTEM. FOR POST-SB13175: CLEAN AND EXAMINE P3 FILTER (Ref. 73-10-07) - 200 horas	3
ENGINE LH/RH. MINOR – 200 horas	3
CHECK THE AGB INTERNAL SCAVENGE PUMP INLET SCREEN (Ref. Chap. 72-60-00) - 200 horas ou 06 meses	3
FUEL SYSTEM. CHECK INLET SCREEN (Ref. 73-10-02, Inspection/Check). 600 horas	1
OIL SYSTEM. BRIDGE CHIP DETECTOR(S) (Ref. 79-20-02, Inspection/Check). 600 horas ou 12 meses	1
HOT SECTION - Examine with borescope (Ref. Paras. 9.F.G. & H.) - 400 horas	2
FUEL SYSTEM. LEAK TEST AND FUNCTION TEST FUEL MANIFOLD ADAPTER AND NOZZLE ASSEMBLIES (Ref. 73-10-05) Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION EXCITER FOR INSTALLATION AND CONDITION (Ref. 74-10-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK IGNITION CABLES FOR CHAFING, WEAR AND INSTALLATION (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
CHECK SPARK IGNITERS (Ref. 74-20-00, Inspection/Check). 400 horas	2
HOT SECTION INSPECTION ENGINE LH/RH - 1.800 horas	0
PROPELLER (LUBRIFICAÇÃO). 06/12 meses e/ou 200/400 horas	3

Elaborado por:

**LEONARDI CUPOLILLO**  
**Agente de Polícia Federal**  
**SMAN/CAOP/DIREX/PF**

*De acordo com presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP.*

**De acordo:**

**GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Coordenador de Aviação Operacional Substituto**

**Aprovação:**

Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

**CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Diretor Executivo**



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDI CUPOLILLO, Agente de Polícia Federal**, em 18/09/2020, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO, Coordenador - Substituto (a)**, em 18/09/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA, Diretor-Geral Substituto(a)**, em 30/09/2020, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16073597** e o código CRC **BC5E79ED**.